

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: setembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

A trajetória do "primo pobre" dos biomas brasileiros – Washington Novaes - O Estado de São Paulo – 01/09/2010	4
Desmatamento pode ter queda histórica - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 01/09/2010.....	6
Desmatamento pode ter queda histórica – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 01/09/2010.....	7
Via Campesina apresenta propostas para a COP-16 - Sítio Eletrônico do MST – 02/09/2010.....	8
A agricultura que o Brasil almeja - EDUARDO DAHER – Folha de São Paulo – Tendência e Debates – 03/10/2010.....	11
Cientistas atacam selo "verde" de pesca - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2010.....	13
Órgão contesta críticas e se diz sustentável – Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2010	14
Conferência do Clima caminha para novo fiasco – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida – 04/09/2010	15
A reforma do painel do clima – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/09/2010	16
Projetos ameaçam unidades de conservação – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 06/09/2010	17
Ecologia e economia - CARLOS MINC - Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e Debates – 06/09/2010	19
Aquecimento de 1,3°C é inevitável, diz pesquisa - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – ciência – 10/09/2010	21
Ártico, o campo de batalha das emissões de CO2 - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Capa – 10/09/2010.....	21
Devastar ecossistema e biodiversidade é mais oneroso do que preservá-los – Evandro Fadel - Estado de São Paulo – Vida – 10/09/2010	22
Aluguel de florestas finalmente desencanta – Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios – 13/09/2010	23
País precisa de parceria para explorar sua biodiversidade, dizem cientistas – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 13/09/2010	24
Governo tenta deter desmate no cerrado – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2010.....	26
Agrotóxico, transgênicos e o novo agronegócio - Débora Prado em Caros Amigos – Sítio Eletrônico do MST – 20/09/2010	27
Meio ambiente e interesse nacional – Virgílio Viana – Carta Capital – 23/09/2010	30
O ar mais puro do mundo - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 23/09/2010.....	31
Municípios na proteção ambiental – Klaus G. Hering – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/09/2010.....	33
Sobre as mudanças climáticas – Valor Econômico – Opinião – 24/09/2010.....	35
Paródia pop alivia tensão de painel do clima da ONU – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 25/09/2010.....	37

Mundo dobra o uso de água subterrânea em quatro décadas - REINALDO JOSÉ	
LOPES – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2010	38
65% da biodiversidade dos rios está ameaçada – Andréa Vialli – Estado de São Paulo –	
Vida – 30/09/2010	39

A trajetória do "primo pobre" dos biomas brasileiros – Washington Novaes - O Estado de São Paulo – 01/09/2010

O Cerrado, que concentra um terço da nossa biodiversidade, é a maior vítima dos 204 mil focos de queimada registrados no País até agosto

De 1.º de janeiro a meados de agosto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 204,8 mil focos de queimadas no País, quase 180% mais que em igual período do ano passado, quando foram 73,1 mil (O Globo, 14/8). A região do Cerrado é a mais atingida e Mato Grosso, o Estado mais vulnerável, com 47,3 mil focos (16,5 mil em igual período do ano passado). Em Mato Grosso do Sul foram 8,1 mil. No Piauí, foram 365% mais; no Distrito Federal, 250%, em Goiás, Bahia e Minas mais de 100% acima dos números do ano passado. Uma das maiores unidades de conservação do Cerrado, o Parque Nacional das Emas, em Goiás, com 132 mil hectares, que ainda se recuperava de incêndios de 1994 e 2005, perdeu 80% da área em nova queimada. O Parque da Serra dos Pireneus, em Pirenópolis, perdeu 40%. Goiás registrou 586 focos de queimadas em apenas uma quinzena.

Nada a estranhar. Com mais de 100 dias sem chuvas nesta época de estiagem, com a média de temperaturas mínimas este ano 3,8 graus acima da média histórica de 30 anos, a média das máximas (31,2 graus) também 2,2 graus acima da média, a umidade do ar baixando a 13%, basta uma ponta de cigarro, uma fagulha das queimadas de pastos, um raio, para atear um incêndio de grandes proporções. Está sendo assim em todos os Estados do Cerrado.

Que perspectiva pode ter o Cerrado, mesmo com o Senado havendo recentemente incluído o bioma (e a Caatinga) entre os patrimônios nacionais, ao lado da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar e do Pantanal? Corrige-se uma omissão de 22 anos, mas não se muda a situação só com objetivos no papel. Pode ajudar a anunciada intenção do governo federal de cortar o crédito bancário oficial no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, prometido para este mês, em decreto. Mas ainda será pouco para impedir a perda média anual de 0,69% na vegetação observada entre 2002 e 2008 - com um total de 4,17% ou 85.074 quilômetros quadrados desmatados no bioma nesse período (na Amazônia foram 110.068 km²; na Caatinga, 16.576 km²; no Pantanal, 4.279 km²; no Pampa, 2.183 km²).

Mais grave ainda é o monitoramento por satélites haver registrado em unidades de conservação, **assentamentos rurais** e terras indígenas a perda de 7,94 mil km² de matas nativas. Como também o estudo que revelou não haver resultado em qualquer avanço social o desmatamento nos 50 municípios que mais cortaram árvores, nem mesmo em crescimento puro e simples do PIB (Correio Braziliense, 24/5). E uma das causas do avanço na devastação foi o Cerrado ter sido deixado de fora do zoneamento federal para expansão das culturas de cana. Assim como a tolerância para o consumo de carvão vegetal do Cerrado em siderúrgicas, principalmente de Minas - prática que o então ministro Carlos Minc disse que precisa ser tolerada até 2013, embora já admitisse que o desmatamento está "perto do descontrole" (Estado, 17/3).

É um despautério. Afinal, o Cerrado significa um terço da rica biodiversidade brasileira e, portanto, uns 5% da biodiversidade planetária, uma das bases da vida, junto com os recursos hídricos. No Cerrado já foram catalogadas mais de 10 mil espécies vegetais, 800 aves, 160 mamíferos. Nele nascem 14% das águas que correm para as três grandes bacias nacionais - Amazônica, do São Francisco e do Paraná-Paraguai. Já há uns quatro anos, técnicos do Ministério do Meio Ambiente estimavam que a água estocada no subsolo do Cerrado - que havia sido calculada em sete anos do fluxo para essas bacias - caíra para três anos. Por causa do desmatamento, que leva à compactação do solo e dificulta a penetração e a retenção do líquido.

Quanto vale tudo isso? Há mais de dez anos, pesquisadores da Universidade da Califórnia, liderados por Robert Constanza, chegaram à conclusão de que, se fosse preciso substituir por ações humanas serviços prestados gratuitamente pela natureza (fertilidade do solo, regulação do clima, manutenção de fluxos hídricos etc), chegar-se-ia a um valor anual equivalente a três vezes o PIB global (uns US\$ 180 trilhões, hoje). O renomado biólogo Thomas Lovejoy tem mostrado que só o comércio anual de medicamentos derivados de espécies vegetais chega a US\$ 250 bilhões. Mas o Brasil não participa em quase nada disso - por não investir em pesquisa e aplicação da biodiversidade.

Um exemplo disso está na descoberta, há mais de 30 anos, por um cientista da USP em Ribeirão Preto, Sérgio Ferreira, de que havia no veneno da jararaca elementos capazes de bloquear mecanismos que influem no processo de elevação da pressão arterial em seres humanos. Se criasse métodos capazes de permitir a produção em massa de um medicamento com esse perfil, o valor comercial seria muito alto. Ele não conseguiu recursos no Brasil. Acabou aceitando convite de um laboratório americano e o medicamento passou a ser produzido lá. Hoje, o Brasil paga altas somas anuais pela importação.

É um entre muitos casos. Por isso, há poucos anos a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência propôs um projeto governamental de desmatamento zero na Amazônia, simultaneamente à aplicação de forte orçamento para formação de pesquisadores em biodiversidade naquele bioma e criação de centros voltados para essa atividade. Nada conseguiu. No Cerrado não é diferente. No ritmo em que as coisas vão, o Brasil terá dificuldade de cumprir a lei (e o "compromisso voluntário") de reduzir em 40% (sobre os números previstos para 2020) as emissões de gases que intensificam o efeito estufa, já que 75% das nossas emissões decorrem de queimadas, desmatamentos e mudanças no uso do solo; dessas, mais de 50% têm sido atribuídas à Amazônia e o resto ao Cerrado.

Uma das razões centrais dos problemas no Cerrado está em que apenas 6,77% do território do bioma (que compreende 34% do território nacional) está protegido legalmente em unidades de conservação, quando a Convenção da Diversidade Biológica pede pelo menos 10%. Outra, no fato de as reservas legais obrigatórias no Cerrado (20% em cada propriedade, exceto na área de transição para a Floresta Amazônica, onde são 35%) não passarem de ficção legal. O proprietário só é obrigado a comprovar a existência da reserva no momento de venda da propriedade. Até ali, teoricamente é obrigado apenas a averbar a reserva no órgão ambiental do Estado, juntando um laudo de um topógrafo -, mas ninguém vai à propriedade comprovar se a

reserva

existe

mesmo.

Se tudo isso não mudar, o Cerrado seguirá em sua trajetória de "primo pobre" dos biomas brasileiros, onde tudo é permitido, sob o pretexto de que é preciso "promover o desenvolvimento".

Desmatamento pode ter queda histórica - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 01/09/2010

Dados do governo e de ONG sugerem menor índice desde que medições por satélite começaram na Amazônia

Diminuição do desmate também seria primeira em um ano de eleições; falta confirmação de sistema mais preciso

DE

BRASÍLIA

Pela primeira vez na história deste país, o desmatamento na Amazônia deve ter queda em um ano eleitoral, no qual as medidas de fiscalização tradicionalmente são mais frouxas.

Os dois sistemas de monitoramento rápido da floresta por satélite, um do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e outro da ONG de pesquisas Imazon, mostraram reduções na taxa de devastação em 2010 em comparação com 2009 -de 48% e 16%, respectivamente.

Embora pouco precisos (por detectarem apenas desmatamentos de médio porte), ambos apontam para uma taxa oficial, neste ano, menor que os 7.464 km² do ano passado -a menor registrada desde que o início das medições do Inpe, em 1988. "Acho que vai ser menos de 7.000 km²", diz Adalberto Veríssimo, do Imazon, sobre os números finais, a serem divulgados em novembro pelo Prodes, do Inpe. O Imazon vinha apostando que o desmatamento em 2010 seria maior que o de 2009, que é um ano eleitoral e mais seco que a média. Mas o mês de julho surpreendeu, com uma queda forte no desmate que puxou para baixo a série anual.

"MENOR DO MENOR"

"Foi o menor do menor", disse ontem a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), em relação ao número anual do sistema Deter, do Inpe. Entre agosto de 2009 e julho deste ano, o Deter enxergou 2.294 km² desmatados na Amazônia, contra 4.372,8 km² no mesmo período anterior. "Isso nos deixa muito otimistas para o anúncio do Prodes no fim do ano", diz. O pesquisador Dalton Valeriano, coordenador do Prodes, é mais sóbrio. Ele lembra que o padrão dos desmatamentos na Amazônia mudou: hoje pelo menos 75% das derrubadas correspondem a áreas com menos que 50 hectares. Como o limite de detecção do Deter é 25 hectares, é provável que a maior parte do desmatamento seja invisível.

"Tenho esperança de que reduza [em relação a 2009], mas prefiro ficar no lado da precaução", diz Valeriano.

O desmate neste ano se concentrou nas áreas em torno das rodovias BR-163 e da Transamazônica, no Pará, em Rondônia e no sudeste do Amazonas. O Estado contrariou a tendência da maioria da região e fechou 2010 com devastação em alta, segundo os dados do Deter. Também pela primeira vez, o Imazon admitiu que as ações do governo na região têm sido determinantes no controle da devastação. Especialmente importante foi o decreto presidencial, seguido da resolução do Conselho Monetário Nacional de 2008, que corta crédito para desmatadores. A manutenção do decreto, após reação dos produtores rurais, custou a Marina Silva o cargo de ministra do Meio Ambiente. As medidas foram mantidas e ampliadas pelo substituto de Marina no ministério, Carlos Minc. O governo baixou uma "lista suja" de 36 municípios críticos, depois ampliada para um total de 43. Segundo o Imazon, 23 desses municípios tiveram queda expressiva do desmatamento neste ano. "Éramos uma voz dissonante, mas, falando com as pessoas que desmatam, vimos que as medidas tiveram efeito", diz Veríssimo.

Desmatamento pode ter queda histórica – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 01/09/2010

Dados do governo e de ONG sugerem menor índice desde que medições por satélite começaram na Amazônia

Diminuição do desmate também seria primeira em um ano de eleições; falta confirmação de sistema mais preciso

CLAUDIO
DE

ANGELO
BRASÍLIA

Pela primeira vez na história deste país, o desmatamento na Amazônia deve ter queda em um ano eleitoral, no qual as medidas de fiscalização tradicionalmente são mais frouxas.

Os dois sistemas de monitoramento rápido da floresta por satélite, um do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e outro da ONG de pesquisas Imazon, mostraram reduções na taxa de devastação em 2010 em comparação com 2009 -de 48% e 16%, respectivamente. Embora pouco precisos (por detectarem apenas desmatamentos de médio porte), ambos apontam para uma taxa oficial, neste ano, menor que os 7.464 km² do ano passado -a menor registrada desde que o início das medições do Inpe, em 1988. "Acho que vai ser menos de 7.000 km²", diz Adalberto Veríssimo, do Imazon, sobre os números finais, a serem divulgados em novembro pelo Prodes, do Inpe. O Imazon vinha apostando que o desmatamento em 2010 seria maior que o de 2009, que é um ano eleitoral e mais seco que a média. Mas o mês de julho surpreendeu, com uma queda forte no desmate que puxou para baixo a série anual.

"MENOR DO MENOR"
"Foi o menor do menor", disse ontem a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), em relação ao número anual do sistema Deter, do Inpe. Entre agosto de 2009 e julho deste ano, o Deter enxergou 2.294 km² desmatados na Amazônia, contra 4.372,8 km² no mesmo período anterior. "Isso nos deixa muito otimistas para o anúncio do Prodes no fim do ano", diz. O pesquisador Dalton Valeriano, coordenador do Prodes, é mais sóbrio. Ele lembra que o padrão dos desmatamentos na Amazônia mudou: hoje pelo menos 75% das derrubadas correspondem a áreas com menos que 50 hectares. Como o limite de detecção do Deter é 25 hectares, é provável que a maior parte do desmatamento seja invisível. "Tenho esperança de que reduza [em relação a 2009], mas prefiro ficar no lado da precaução", diz Valeriano. O desmate neste ano se concentrou nas áreas em torno das rodovias BR-163 e da Transamazônica, no Pará, em Rondônia e no sudeste do Amazonas. O Estado contrariou a tendência da maioria da região e fechou 2010 com devastação em alta, segundo os dados do Deter. Também pela primeira vez, o Imazon admitiu que as ações do governo na região têm sido determinantes no controle da devastação. Especialmente importante foi o decreto presidencial, seguido da resolução do Conselho Monetário Nacional de 2008, que corta crédito para desmatadores. A manutenção do decreto, após reação dos produtores rurais, custou a Marina Silva o cargo de ministra do Meio Ambiente. As medidas foram mantidas e ampliadas pelo substituto de Marina no ministério, Carlos Minc. O governo baixou uma "lista suja" de 36 municípios críticos, depois ampliada para um total de 43. Segundo o Imazon, 23 desses municípios tiveram queda expressiva do desmatamento neste ano. "Éramos uma voz dissonante, mas, falando com as pessoas que desmatam, vimos que as medidas tiveram efeito", diz Veríssimo.

Via Campesina apresenta propostas para a COP-16 - Sítio Eletrônico do MST – 02/09/2010

A Via Camponesa Internacional divulgou uma nota com uma convocação aos movimentos sociais de todo o mundo a se mobilizarem em defesa de propostas efetivas para enfrentar as mudanças climáticas, na 16ª Conferência das Partes (COP-16) da Convenção Marco das Nações Unidas.

A COP-16 acontece entre 29 de novembro e 10 de dezembro, em Cancún, no México.

Abaixo, leia a convocação e as propostas da Via Campesina.

Os movimentos sociais de todo o mundo se mobilizarão para a 16ª Conferência das Partes (COP-16) da Convenção Marco de Nações Unidas para as Mudanças

Climáticas (CMNUCC), que se realizará em Cancún, de 29 de novembro a 10 de dezembro de 2010.

A COP-15 em Copenhague demonstrou a incapacidade da maioria dos governos para enfrentar as causas reais do caos climático.

O grande exemplo dessa postura foi a pressão dos Estados Unidos para aprovar de forma antidemocrática o chamado "Entendimento de Copenhague", com o objetivo de desconhecer os débeis compromissos de Kyoto e deixar apenas mecanismos voluntários com base no mercado.

As negociações climáticas se transformaram em uma grande feira livre. Os países industrializados, historicamente responsáveis pela maioria das emissões de gases de efeito estufa, estão inventando todos os truques possíveis para evitar reduzi-las.

Por exemplo, o "Mecanismo para um Desenvolvimento Limpo" (MDL), do protocolo de Kyoto, permite aos países seguir contaminando e consumindo como de costume, em troca de pagamentos mínimos para que supostamente os países do Sul reduzam SUAS emissões.

O que na verdade acontece é que as empresas ganham duplamente: por contaminar e por vender falsas soluções.

A Monsanto pretende convencer-nos de que sua soja Roundup Ready pode se qualificar para os créditos de carbono, porque contribuiriam para reduzir os gases que aquecem o planeta mediante acumulação de matéria orgânica no solo.

As comunidades que vivem onde há monoculturas de soja são um exemplo real dos efeitos mortais e destrutivos desses monocultivos. Argumentos falsos similares se utilizam para vender créditos de carbono, com base nas monoculturas florestais, o cultivo de agrocombustíveis ou na pecuária extensiva.

Muitos governos dos países do Sul, deslumbrados pelas potenciais ganhos, estão apostando nessas falsas soluções e negando-se a implementar medidas que efetivamente enfrentem a mudança climática, como o apoio à agricultura camponesa sustentável, orientando a produção para os mercados internos e estabelecendo efetivas políticas de economia de energia por parte da indústria.

Exigimos a aplicação das milhares de soluções reais dos povos frente a crise climática

Já é hora para a Convenção Marco de Nações Unidas para Mudanças Climáticas propiciar políticas firmes para contribuir na solução do caos climático. É preciso que os países se comprometam concretamente para reduzir de forma radical as emissões de gases e mudar totalmente seu modo de produção e consumo.

A mudança climática também está aguçando a crise da migração.

As secas, as tempestades com terríveis inundações, a contaminação da água e a deterioração do solo, assim como outros impactos destrutivos do desastre ambiental neoliberal, estão provocando um deslocamento de milhares de pessoas,

principalmente mulheres e camponeses arruinados, de suas comunidades rurais para as cidades e para o Norte, buscando desesperadamente sua sobrevivência e a de suas famílias.

Calcula-se que cerca de 50 milhões de pessoas já foram forçadas a emigrar por causa dos efeitos climáticos. Esses "deslocados climáticos" engrossaram as filas de mais de 200 milhões de seres humanos que representam a pior crise de migração que enfrentou a humanidade, segundo a Organização Internacional das Migrações (OIM).

As soluções existem. Mais de 35 mil pessoas se reuniram em abril, em Cochabamba, na Bolívia, para a Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, ampliando novas visões e propostas para salvar o planeta. São essas milhares de soluções que surgem desde os povos, que enfrentam efetivamente a crise climática.

Exigimos à COP-17 que se adote as demandas do Acordo dos Povos de Cochabamba e que rejeite todas as soluções falsas que se estejam tramando. Entre elas:

>>> Defender os direitos da terra e a floresta: Rejeitamos a iniciativa do Redd (redução das emissões por desflorestamento e degradação). A proteção das florestas e o reflorestamento das florestas degradadas é uma obrigação de todos os governos que deve ser implementada sem limitar a autonomia, os direitos ou o controle dos povos indígenas e camponeses sobre a terra e os territórios. E sem que sirva de desculpa para que outros países e corporações sigam contaminando e semeando monocultura de árvores. Os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas e dos camponeses devem reconhecer-se explicitamente em qualquer acordo climático.

>>> Rejeitar a geoengenharia: As propostas em grande escala para alterar o clima, como o biochar e as plantas modificadas geneticamente para alcançar um suposto aumento da reflectividade e resistência às secas, o calor e o sal, a fertilização do mar ou a criação em massa de nuvens só cria novos problemas incontrolláveis, mas não soluções. A geoengenharia é só mais um exemplo de como as empresas transnacionais estão dispostas a jogar com o futuro do planeta e a humanidade, a fim de criar novas fontes de lucros.

>>> Rejeitar todos os esquemas de comércio de carbono e os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL): O comércio de carbono provou ser extremamente lucrativo em termos de geração de lucros para os investidores, no entanto falhou categoricamente na redução de gases de efeito estufa. Na "feira livre de carbono", recentemente inventada, o preço do carbono continua caindo em picada, o que fomenta mais ainda a contaminação. As emissões de carbono devem reduzir-se na fonte, em vez de permitir que se pague por ter o direito a contaminar.

>>> Rejeitar qualquer participação do Banco Mundial na gestão dos fundos e políticas relacionadas à mudança climática.

Necessitamos construir e preservar milhões e milhões de comunidades camponesas e territórios indígenas para alimentar a humanidade e esfriar o planeta.

A pesquisa científica mostra que os povos camponeses e indígenas podem reduzir as emissões globais atuais em 75%, ao aumentar a biodiversidade, recuperar a matéria orgânica do solo, substituir a produção industrial de carne por uma produção diversificada em pequena escala, expandir os mercados locais, parar o desmatamento e fazer um uso integral da floresta.

A agricultura camponesa não só contribui positivamente para o equilíbrio do carbono do planeta, mas cria também 2,800 milhões de postos de trabalho, para homens e mulheres no mundo inteiro. Esse é o melhor modo de lutar contra o fome, a desnutrição e a crise alimentar atual.

O pleno direito à terra e a recuperação dos territórios, a soberania alimentar, o acesso à água como bem social e direito humano, o direito a usar, conservar e trocar livremente as sementes, o fomento aos mercados locais são condições indispensáveis para que nós, os povos camponeses e indígenas, sigamos alimentando o mundo e esfriando o planeta.

Junte-se a nós organizando milhares de Cancún!

Junto de diversas organizações instalaremos um acampamento em Cancún, que unirá a força e a resistência dos povos camponeses do mundo, que já estamos esfriando o planeta.

Chamamos os movimentos sociais, as organizações populares e os povos de todo o mundo a organizar milhares de protestos e ações contra as falsas soluções e as soluções de mercado. Ficaremos em mobilização permanente até derrotar as negociações de grande feira livre em Cancún em dezembro.

Via Campesina Internacional

(tradução: Mariana Duque)

- [Meio Ambiente](#)

A agricultura que o Brasil almeja - EDUARDO DAHER – Folha de São Paulo – Tendência e Debates – 03/10/2010

"O feijão colocado à venda nesta manhã acabou rápido nas feiras livres de São Paulo. Com preço tabelado a Cr\$ 38,00 pela Coap, Comissão de Abastecimentos e Preços, a venda do produto foi limitada a 2 kg por pessoa. A falta de feijão, e o conseqüente aumento de preços no último mês, obrigaram o governo a expropriar os estoques do produto na Ceagesp e nos armazéns da Companhia Santos-Jundiaí. Instituições de caridade e hospitalares solicitaram prioridade na aquisição do produto." A notícia acima, publicada em 21 de agosto de 1959, na "Folha da Noite", remete a um passado sombrio na vida dos brasileiros, mas é apropriada para que se reflita sobre um equívoco que vem se exacerbando: o de certas lideranças tratarem a agricultura competitiva como se fosse "inimiga" do país. É isso o que sugerem discursos como o

de João Pedro Stedile, da direção nacional do MST ("Tendências/Debates", 28/5). Tal visão coloca em xeque o papel do setor estratégico para a economia nacional. A atividade agropecuária é provedora da extensa cadeia de alimentos que temos em nossas mesas; fornece, ainda, a infinidade de bens imprescindíveis no nosso dia a dia e de bilhões de pessoas em todo o mundo -do papel deste jornal que lemos à roupa que nos veste. Responde por 23,7% do PIB nacional; movimenta 38,5% das exportações e emprega cerca de 40 milhões de pessoas. A pesquisa e a adoção de tecnologias de base genética (sementes) e química (fertilizantes e defensivos) estão diretamente associadas à competitividade agrícola brasileira. Por mais que esse fato tire o humor dos seus adversários. Na luta contra a ciência genética, que antes já revolucionara a medicina e hoje aprimora os cultivos, tais lideranças renegam até o sucesso dos pequenos produtores que dizem defender. Foi o que narrou a **Folha de S. Paulo**, em 23/1/2009, em reportagem sobre o assentamento gaúcho Novo Sarandi: agricultores que adotaram a soja geneticamente modificada foram ameaçados de expulsão da área por dirigentes do movimento. "Não é um assentamento modelo por causa da contradição da soja transgênica", afirmou um líder. Perdida a batalha contra os organismos geneticamente modificados (OGMs) junto à opinião pública, que, superado o receio inicial, se mostra mais compreensiva em relação aos transgênicos, aqueles líderes se voltam contra os defensivos agrícolas, ou agrotóxicos. Uma luta insensata, já que a defesa fitossanitária é imprescindível no combate às pragas que devoram cerca de 40% dos alimentos nas plantações no Brasil. "As alterações do clima acarretam modificações na incidência de pragas agrícolas, com sérias consequências econômicas, sociais e ambientais", explica o engenheiro agrônomo Décio Gazzoni, pesquisador da Embrapa. Na agricultura tropical, como no Brasil, as pragas são ainda muito mais danosas do que nos países de climas frio e temperado. Agricultores que têm suas lavouras dizimadas em poucos dias sabem o drama que isso significa. A lavoura arcaica, tão apregoada por tais lideranças, não beneficia a agricultura, muito menos o país. Diferentemente, com o olhar num futuro de paz, o que milhões de produtores rurais e, afinal, toda a sociedade almejam é um novo tempo no campo, que vem já se realizando, aqui e agora, mas capaz de impulsionar ainda mais um virtuoso ciclo de prosperidade para todos os brasileiros.

EDUARDO DAHER, 60, é economista pela FEA-USP, pós-graduado em administração de empresas pela FGV-SP e diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Cientistas atacam selo "verde" de pesca - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2010

Grupo liderado por canadenses diz que práticas pesqueiras supostamente sustentáveis estão sendo desvirtuadas

Conselho que concede a certificação a empresas está permitindo captura de espécies que sofrem declínio populacional

Banca de peixe com o logotipo do MSC (Conselho de Boa Gestão dos Mares, na sigla inglesa)

DE SÃO PAULO

A credibilidade do principal selo de pesca sustentável do planeta -que já andava um tanto abalada- foi definitivamente posta em xeque nesta semana. Em artigo na revista "Nature", pesquisadores acusam o MSC (Conselho de Boa Gestão dos Mares, em inglês) de se preocupar cada vez mais com os interesses da indústria pesqueira, deixando de lado as questões ambientais. "Nós acreditamos que os incentivos do mercado afastaram o esquema de certificação de seu objetivo original, promovendo, como nunca antes, a certificação das operações de capital intensivo", afirmam os cientistas, liderados por Jennifer Jacquet e Daniel Pauly, da Universidade da Colúmbia Britânica. De acordo com eles, a expansão do órgão acompanhou o interesse por frutos do mar pescados de forma responsável. As indústrias certificadas saltaram de seis, em 2004, para 94 atualmente. Outras 118 estão em processo de avaliação. Embora o MSC seja uma entidade sem fins lucrativos, a certificação custa caro: entre US\$ 15 mil e US\$ 150 mil (algo em torno de R\$ 26,4 mil e R\$ 264 mil) por companhia.

Esse dinheiro é pago a consultorias credenciadas -com fins lucrativos- que conduzem todo o processo.

Para os cientistas, esse sistema cria um conflito de interesses. Os responsáveis pelas avaliações podem achar que, se forem mais lenientes com o cumprimento dos critérios, podem receber mais trabalho e lucrar com as auditorias anuais obrigatórias, que podem custar até US\$ 75 mil.

DA PESCA À MESA

De acordo com os parâmetros da organização, todas as etapas "da pesca à mesa" precisam ser avaliados. Isso faz os processos se arrastarem por muito tempo, em alguns casos, durante anos.

Além da questão financeira, o artigo também critica os parâmetros ambientais que regulam o MSC.

Para contestar essas avaliações é preciso pagar taxas que chegam a milhares de dólares. A palavra final é dada por especialistas independentes que, conforme o artigo, são advogados, e não cientistas. Dos quatro atuais, apenas dois têm experiência com manejo de pesca.

A certificação da pesca do krill da Antártida (*Euphausia superba*) - um crustáceo de mares frios semelhante ao camarão- é outro dos tópicos mais sensíveis. Eles são a base da cadeia alimentar do ecossistema, servindo de alimento para peixes, baleias e vários outros animais marinhos.

Os pesquisadores contestam os números do MSC - de que apenas 1% dos krills estão sofrendo pressão pesqueira. Citam estudos anteriores que falam da rápida e crescente redução dessas populações. E há outros casos aparentemente ainda mais graves (veja quadro acima).

A pouca representatividade dos países em desenvolvimento também foi alvo dos cientistas. A maior parte dos frutos do mar consumidos na Europa e nos EUA vêm dessas nações, que têm apenas uma empresa certificada e nenhum representante no conselho da entidade.

Para José Truda, membro de um grupo de ONGs conservacionistas latinoamericanas, a nacionalidade não é tão relevante. "O principal é o comprometimento ambiental, que independe de nacionalidade. Infelizmente, isso anda em falta no MSC", afirmou ele, que concorda com as outras críticas do artigo.

Órgão contesta críticas e se diz sustentável – Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2010

DE SÃO PAULO

O MSC negou todas as críticas dos pesquisadores e afirmou que não há conflitos de interesse em seus métodos de avaliação para o selo. "Todas as companhias pesqueiras certificadas pelos padrões do MSC são sustentáveis e bem administradas. As empresas não são certificadas antes que possam comprovar sua sustentabilidade, conforme afirmaram os autores [do artigo]", disse a organização em nota.

Criado em 1997 pela ONG ambientalista WWF e pela Unilever, uma das principais vendedoras mundiais de frutos do mar, o MSC teve consultoria de universidades e grupos de conservação para estabelecer suas diretrizes. O órgão se tornou independente em 1999 e, desde então, cresceu em prestígio entre os cientistas. As primeiras críticas duras surgiram após 2004, quando o número de empresas começou a crescer significativamente. O MSC se defende afirmando que segue padrões ambientais "avaliados pela FAO (Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação)". A entidade diz que, por seguir as regras da FAO, reduziu recentemente os valores cobrados para avaliar as objeções feitas aos julgamentos, o que favorece a participação de empresas menores e com menos capital. Quanto à pesca de krill, o MSC afirma que as preocupações dos ambientalistas são completamente infundadas.

"Foi adotada uma abordagem muito cautelosa para minimizar os danos à população de krill", disse o órgão, afirmando que, no período entre 2007 e 2008, apenas 150 mil toneladas do crustáceo -cerca de 4% do total de pesca admitido- foi realmente tirado do mar.

A entidade adotou a mesma postura em relação às outras espécies que, de acordo com o artigo, estariam ameaçadas pela pesca. **(GM)**

Conferência do Clima caminha para novo fiasco – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida – 04/09/2010

A Conferência do Clima da ONU (COP-16), prevista para dezembro em Cancún (México), caminha para repetir outro fiasco diplomático e vários países já estudam a possibilidade de estender o Protocolo de Kyoto além de 2012 ou até que um acordo seja encontrado.

O governo dos Estados Unidos admitiu ontem que não conseguirá aprovar antes do evento uma legislação cortando emissões de CO₂ até 2020. Além disso, alertou que só aceitará a criação de um fundo para lidar com mudanças climáticas nos países pobres se Brasil, China e Índia apresentarem medidas de redução de emissões de CO₂ (leia ao lado).

Depois de dois dias de negociações entre ministros de Meio Ambiente em Genebra, a constatação é de que um acordo sobre o corte de emissões ficará apenas para 2011. Ou seja, a reunião de cúpula em Cancún corre o risco de repetir o fracasso de Copenhague, em 2009. Na Dinamarca, presidentes tentaram minimizar o fiasco, alegando que poderiam retomar o acordo este ano, no México.

Agora, a Casa Branca deixou claro que não reapresentará ao Congresso neste ano seu projeto de lei que estipula um corte de emissões nos EUA de 17% até 2020, um compromisso do presidente Barack Obama em Copenhague. A lei não passou no Senado em uma primeira tentativa e, sem a aprovação, outros países podem não querer assumir novos compromissos.

Para a nova chefe do clima da ONU, Christiana Figueres, a cúpula em Cancún deve se concentrar só na questão do financiamento das ações e, segundo ela, isso pode ser “a chave dourada” para destravar o restante do acordo. “Houve uma erosão de confiança após Copenhague que agora estamos tentando arrumar.”

Mas, com apenas seis dias efetivos de negociações, tudo aponta para mais um fracasso. O governo brasileiro admite que um entendimento sobre o volume de cortes de emissões dificilmente será atingido em Cancún.

O México, que assume a presidência da cúpula, também já busca uma saída honrosa para o evento. “Podemos continuar com os compromissos de Kyoto. Tecnicamente, não é absolutamente necessário que tomemos uma decisão. Seria bom, mas primeiro precisamos gerar confiança entre as partes de que o sistema vai funcionar”, disse Patricia Espinosa, chanceler mexicana.

O novo acordo substituiria o Protocolo de Kyoto, que tem seu capítulo de compromissos de corte de emissões de CO₂ vencendo em 2012. O problema é que não há um entendimento sobre quanto deve ser a nova redução entre os países ricos, o percentual que os pobres aceitariam e quanto os grandes países emergentes também teriam de reduzir de forma voluntária.

Irritados, os representantes do governo da Índia acusaram ontem os países ricos de negar os compromissos que assumiram em Copenhague, principalmente em termos de suas promessas de dar recursos.

Durante a cúpula de 2009 ficou estabelecido que um fundo seria criado com recursos públicos dos países ricos e US\$ 30 bilhões seriam colocados no pacote até 2012. Até 2020, a meta era atingir US\$ 100 bilhões por ano. O objetivo em 2010 era chegar a um acordo sobre como arrecadar o dinheiro para o fundo e decidir quem controlaria os recursos.

Mas os países ricos já alertam que não estão dispostos a bancá-lo 100% e parte do dinheiro terá de vir do setor privado por meio de novas taxas, como impostos sobre o comércio de carbono, transações financeiras e transporte aéreo e marítimo.

O governo da Arábia Saudita foi claro ontem em anunciar que o G-77 – grupo dos países em desenvolvimento – não aceitará a transferência de responsabilidade do financiamento do fundo dos países ricos para o setor privado ou emergentes.

O Brasil tem uma posição mais moderada e aceita que parte do dinheiro venha do setor privado. Mas rejeita a tese de que seja a maior parcela do fundo e novas taxas para coletar esses recursos acabem afetando os países emergentes.

EUA reforçam pressão sobre emergentes Todd Stern, negociador-chefe dos EUA, deixou claro que a criação do fundo de US\$ 30 bilhões para ajudar os países pobres a lidar com as mudanças climáticas está nas mãos de Brasil, China e Índia. “Não podemos resolver a questão do clima lidando apenas com 45% das emissões, que é o que os países ricos emitem”, disse.

Stern quer que os países em desenvolvimento apresentem em Cancún, de forma clara, com vão reduzir suas emissões, ainda que as metas sejam voluntárias. Só assim o dinheiro dos países ricos vai aparecer. O governo brasileiro rejeita a pressão. "Nossos

compromissos voluntários já foram assumidos", disse Branca Bastos Americano, secretária de Mudanças Climáticas. / J.C

A reforma do painel do clima – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/09/2010

A Conferência de Copenhague, no final do ano passado, deixou claro mais uma vez que o peso dos interesses nacionais e das forças que movem a economia mundial impede os governos de chegar a um acordo que obrigue os países mais poluidores a adotar medidas de contenção das emissões de carbono e outros gases estufa comprovadamente responsáveis pelo aquecimento global.

A essa constatação veio se somar a erosão da credibilidade do organismo multilateral criado para tomar o pulso do clima do planeta e fazer prognósticos fundamentados sobre as tendências para as décadas futuras.

Trata-se do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), das Nações Unidas, que reúne mais de 2 mil cientistas e representantes de 194 países. Desde a sua constituição, em 1998, o IPCC produziu quatro relatórios que concluíram que o aquecimento da atmosfera terrestre é um fenômeno real, causado predominantemente pela atividade humana.

Em 2007, a entidade dividiu o Prêmio Nobel da Paz com o ex- vice-presidente americano Al Gore, por seus esforços em defesa do ambiente. A comunidade política internacional, que permaneceu inativa diante da crise do clima, começa a enfrentar os problemas do IPCC.

A validade de seus diagnósticos gerais não é contestada pela imensa maioria dos estudiosos do clima. No entanto, por falhas de direção, insuficiente transparência e, sobretudo, previsões infundadas sobre os efeitos do aquecimento em casos particulares, apresentadas mais com sensacionalismo do que com responsabilidade profissional, o IPCC abriu o flanco aos céticos da mudança climática, que semeiam dúvidas sobre a integridade de seus membros. O alvo tem sido o indiano Rajendra

Pachauri, que preside o painel desde 2002 e cujo mandato vai até 2014. Ele aprecia os holofotes da mídia mais do que seria prudente para um cientista na sua posição.

O desgaste do IPCC levou a ONU a encomendar a uma organização independente, formada por 12 representantes de sociedades acadêmicas de diversos países, entre eles o Brasil, uma auditoria sobre as deficiências da instituição. O seu parecer pede reformas profundas na estrutura, procedimentos e políticas do IPCC. O texto insta os seus integrantes a dialogar com cientistas de linhas divergentes, atentar para a possibilidade de conflitos de interesse e se guardar de dizer aos governos como devem agir.

Propõe ainda a criação de um comitê executivo profissional aberto a terceiros e a redução do mandato do presidente de 12 para 6 anos. (Pachauri fez de conta que não era com ele.) A maior preocupação do secretário-geral Ban Ki-moon, que encomendou a auditoria, é que as disfunções do IPCC ponham em risco o papel da ONU como foro central da questão climática. Entre os ambientalistas, há quem tema que novos erros pontuais do painel sejam alardeados, como os outros têm sido, pelos descrentes do aquecimento como prova de que os seus relatórios são deliberadamente falseados. O

episódio mais notório foi a publicação de mais de um milhar de e-mails furtados de uma universidade britânica.

As mensagens demonstrariam que pesquisadores da instituição, ligados ao IPCC, manipularam e se recusaram a compartilhar dados para servir à causa ambiental. Uma investigação exaustiva concluiu que pelo menos a primeira parte da acusação era falsa. Pior foi a afirmação categórica do IPCC, em documento oficial, de que as neves eternas das montanhas do Himalaia estavam fadadas a derreter até 2035. Quando as autoridades indianas protestaram, Pachauri as chamou de “arrogantes”. Dois meses depois, ele admitiu o erro, confessando que o IPCC endossou a profecia, originária de uma notícia de jornal e repassada por uma ONG, sem submetê-la a exame científico. Como agravante de que dois especialistas que se opuseram à publicação foram ignorados.

Em outubro, delegados dos países-membros do IPCC se reunirão na Coreia do Sul para avaliar a auditoria. O melhor que podem fazer é aprovar e implementar tão logo possível – as suas recomendações. Avenida Engenheiro Caeta

Projetos ameaçam unidades de conservação – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 06/09/2010

O Congresso Nacional recebeu nos últimos anos 11 projetos de lei com o objetivo de reduzir as unidades de conservação ambiental criadas pelo governo federal. Além deles, outros quatro textos que tramitam no Legislativo colocam em xeque o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000 para ordenar as áreas protegidas. Localizadas na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, essas unidades têm como função preservar a biodiversidade e o patrimônio genético do país.

O levantamento, realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a pedido do Valor, aponta pressão econômica em áreas do Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Se aprovados, os textos retirariam a proteção de milhares de hectares

de florestas nativas. Na maioria dos casos, a disputa envolve agricultura e pecuária.

Em outros, a mineração.

“As áreas de conservação estão constantemente sob algum tipo de pressão. Gasta-se muita energia com isso tudo”, diz Rômulo Mello, presidente do ICMBio, órgão criado a partir de uma cisão do Ibama para cuidar das unidades federais.

A pressão em Brasília se dá em duas frentes: no redesenho dos limites geográficos e na alteração de status da unidade, transformando áreas de proteção integral em de uso sustentável, que preveem algum tipo de atividade econômica.

Entre os projetos, três são especialmente graves, diz Mello. Dois referem-se ao Parque Nacional da Serra da Canastra (MG) e o terceiro à Floresta Nacional do Jamanxim (PA). Na mesa, interesses econômicos e políticos gigantescos.

Criada em 2006 para tentar conter o desmatamento no eixo da BR163, a rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), a floresta de Jamanxim corre o risco de perder quase 80% de seu território caso o projeto no 1148, de autoria do deputado Zequinha Marinho (PSCPA), passe pelos crivos do Legislativo.

De uma área total de 1,3 milhão de hectares, a floresta pode ser reduzida a apenas 400 mil hectares.

Os interesses em jogo são do “grande capital”, diz o ICMBio. O que, na Amazônia, significa gado, madeira e a ocupação desenfreada que costuma seguir essas atividades.

Florestas nacionais, como Jamanxim, admitem a presença de populações tradicionais que habitavam a região antes da criação da unidade. De acordo com o ICMBio, há hoje pelo menos 300 áreas com pretensão fundiária dentro ou na área de influência de Jamanxim. O governo trabalha agora para mapear as pessoas e definir quantos, de fato, já existiam ou migraram à região com segundas intenções.

A pressão rural levou representantes parlamentares a apresentarem propostas similares para mais cinco unidades de conservação federais na Amazônia (ver mapa acima), pedindo a suspensão de decretos presidenciais. No Nordeste e no Sudeste, áreas de Mata Atlântica e Cerrado seriam reduzidas em outras seis unidades, segundo o levantamento feito pelo ICMBio.

O Parque Nacional da Serra da Canastra, porém, é o que mais causa polêmica. Não só pelo tamanho da área a ser suprimida, mas pela riqueza existente ali: além de abraçar afluentes do Rio Grande e São Francisco, a unidade de conservação tem também um estoque potencial de quartzito e diamantes.

Apresentados em 2007 pelo deputado federal Carlos Melles (DEM-MG), os projetos foram resgatados este ano e aprovados em julho na Câmara, seguindo para o Senado. O primeiro, no 1448, reduz a Canastra em 47 mil hectares, para 150 mil. O segundo, no 1517, torna a parte desanexada da categoria atual de proteção integral para Área de Proteção Ambiental (APA), passível de ocupação.

Melles defende que os seus projetos corrigem uma distorção fundiária histórica. Cerca de 130 mil hectares (66% da área) são ocupados por produtores que ainda não foram desapropriados. Por estar dentro de unidades de conservação, ainda que em terras privadas, os proprietários rurais tem uma série de limitações de uso da terra.

“Se acharmos que é razoável, fazemos estudos técnicos. Algumas demandas de modificação são possíveis de conciliar [com a preservação ambiental]. Mas na grande maioria das áreas protegidas não é viável mexer”, afirma Mello.

No caso de Canastra, o ICMBio já prepara um substitutivo aos projetos de lei propostos por Melles.

Boa parte dos problemas reside na desorganização do próprio Estado.

Para críticos, as áreas de proteção ainda são escolhidas sem a participação ampla da população.

Tampouco há fomento necessário para indenizar os afetados. OICMBio estima que metade das unidades sob sua gestão estejam ocupadas por posseiros ou proprietários com título de posse — áreas depois decretadas de interesse do Estado.

Para desapropriar e indenizar todos seriam necessários R\$ 30 bilhões.

Já seria montante considerável se o orçamento anual do ICMBio não fosse de R\$ 300 milhões.

Segundo Maria Alice Dória, da Doria, Jacobina, Rosado e Gondinho Advogados Associados, o SNUC (lei que rege sobre as unidades) provocou uma enxurrada de áreas protegidas no país, feitas por vezes de forma atropelada. “O objetivo é nobre. Nunca o Brasil teve tanto verde preservado. Mas ninguém sabe ao certo como executar da forma mais técnica uma unidade de conservação e há um passivo que está se arrastando”, afirma.

Argumentos como esse contribuem para a discussão, no Congresso, de propostas que acendem a luz amarela entre ambientalistas.

O deputado Valdir Colatto (PMDBSC), por exemplo, apresentou em 2007 um texto que possibilita o uso das áreas particulares localizadas no interior das unidades enquanto não houver o pagamento de indenização. No ano seguinte, Ernandes Amorim (PTB-RO) defendeu que só poderão ser criadas unidades com previsão orçamentária para desapropriações. Para o ICMBio, isso inviabilizaria a criação de áreas protegidas no país.

Vê-se que a gestão ambiental do governo Lula avançou substancialmente em relação ao período do governo de Fernando Henrique Cardoso

Quando Marina Silva deixou o Ministério do Meio Ambiente, fixou-se que a razão foi o conflito relativo às licenças ambientais e com a ministra Dilma Rousseff. No ministério, travei batalhas com ministros, governadores e parlamentares sobre a expansão da cana no Pantanal, as metas de emissões de CO₂, o Código Florestal e estradas na Amazônia. Em nove de dez disputas, a ministra Dilma apoiou posições do ministério. A gestão Marina foi exitosa com as reservas extrativistas, a Lei das Florestas Públicas, a queda do desmatamento da Amazônia. Desde 2007, agravou-se seu isolamento quanto a áreas de energia e economia, com tensão insustentável. Rompemos o isolamento, agilizamos licenças com rigor e intensificamos o combate à impunidade ambiental. Obtivemos queda recorde do desmatamento da Amazônia, que, depois de cair três anos, subiu no último ano de Marina. O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a ter plano, fundo e metas de mudanças climáticas, o que, aliado ao menor desmatamento histórico, fez o presidente Lula ser aclamado em Copenhague. A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) queixava-se da demora de até dois anos para obter licença de pesquisa em unidades de conservação (UCs). Mudamos procedimentos e a espera caiu para um mês. O Destrava Ibama reduziu à metade o prazo das licenças. Criamos o licenciamento integrado por bacia hidrográfica, começando pela bacia do Araguaia/Tocantins. Indicamos hidroelétricas licenciáveis, que geravam muita energia, alagando pouca área, vetamos várias no rio Araguaia e aprovamos hidrovias que baratearam o transporte de grãos. Na disputa com o Ministério da Agricultura e governadores sobre o zoneamento agroecológico da cana, Dilma apoiou a posição do Ministério do Meio Ambiente, que prevaleceu. Impedimos a expansão de cana na Amazônia, no Pantanal e em áreas de produção de alimentos, eliminando queimadas. O boicote internacional fecharia mercados ao etanol brasileiro. Confrontamos posição contrária do Itamaraty e do Ministério de Minas e Energia à adoção de metas de emissão de CO₂. Dilma adotou a posição do meio ambiente, vitoriosa, de reduzir emissões no desmatamento, com o aço verde, o plantio direto, a recuperação de áreas degradadas e a retomada de hidroelétricas. Dilma aprovou a inclusão de tetos solares para aquecimento da água no Minha Casa, Minha Vida, com redução de emissões e economia na conta de luz. Dilma e Mantega aprovaram a isenção do IPI para os equipamentos eólicos, proposta pelo ministério, possibilitando leilão de 1.700 MW, o dobro da capacidade eólica instalada. Vê-se que a gestão ambiental do governo Lula (Marina e Minc) avançou substancialmente em relação ao período FHC. Há conflitos crônicos entre executores e licenciadores de obras em todos os países. Na licença da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, não abrandamos a exigência prévia de implantação de 28 UCs. O maniqueísmo não pode prevalecer na relação da ecologia com a economia. A sustentabilidade deve ser incorporada ao centro da tomada de decisões.

CARLOS MINC, 59, doutor em economia do desenvolvimento pela Universidade de Paris 1, é candidato à reeleição para deputado estadual pelo PT/RJ. Foi ministro do Meio Ambiente (governo Lula)

Aquecimento de 1,3°C é inevitável, diz pesquisa - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – ciência – 10/09/2010

Elevação aconteceria mesmo sem novas usinas e é considerada modesta. Para o cientista, efeitos da mudança climática ainda são reversíveis, mas é necessário cortar CO₂ nos próximos anos. DE SÃO PAULO O que aconteceria se a Terra parasse seu ritmo de expansão e nenhuma nova usina ou veículo capaz de emitir carbono fossem construídos? Ainda assim, a temperatura do planeta aumentaria 1,3°C, até 2060, em relação ao período pré-industrial. A conclusão é de pesquisadores dos EUA, que fizeram um dos mais detalhados levantamentos sobre emissões de carbono ligadas à geração de energia e à estrutura de transportes. O material foi publicado na revista "Science" de ontem. O planeta vai esquentar, mas para os cientistas ele ainda não chegou ao patamar de aquecimento e emissões em que as consequências se tornam irreversíveis. O aumento de 1,3°C em relação ao período anterior à revolução industrial -cerca de 0,5°C a mais que hoje- foi considerado até modesto pelos pesquisadores, que esperavam crescimento de pelo menos 2°C. A concentração de carbono na atmosfera, no mesmo período, deve ficar em 430 ppm (partes por milhão), valor também abaixo do que era esperado inicialmente pelos pesquisadores. "Esse resultado nos surpreendeu", afirmou Steven Davis, da Instituição Carnegie para a Ciência, que chefiou o trabalho. PIOR NO FUTURO Segundo ele, porém, não há motivos para comemorar. Os resultados indicam que as principais ameaças ao planeta ainda estão por vir, devido ao sistema de geração de energia e transportes que são muito dependentes de combustíveis fósseis. "É importante que nós façamos a coisa certa agora. Ou seja, construir tecnologias que gerem energia com baixa emissão de carbono", disse Ken Caldeira, também do Carnegie e autor do trabalho. Para chegar ao resultado, os cientistas fizeram um levantamento sobre todas as usinas geradoras de energia em operação no mundo. Eles também estimaram as emissões do sistema global de transportes, que tem dois terços das operações com combustíveis fósseis. Modelos computadorizados, que simulavam os cenários de emissão previstos pelo IPCC (painel de mudanças climáticas da ONU), chegaram às conclusões. Por conta da forte presença de termelétricas, a maior parte das emissões se concentra nos EUA, Europa Ocidental e China. A vida útil média das unidades movidas a carvão é de 40 anos. As usinas chinesas, por serem mais novas, têm potencial para poluírem por mais tempo.

Ártico, o campo de batalha das emissões de CO₂ - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Capa – 10/09/2010

Ecossistema mais vulnerável do globo, o Ártico sofre duplamente com a escalada das emissões de CO₂. O problema mais conhecido é o derretimento das geleiras, provocado pelo aumento da temperatura terrestre. O outro é o aumento da acidez dos oceanos, que ameaça a base da cadeia alimentar marinha.

A situação se agrava com a corrida pelos recursos econômicos das áreas onde o gelo desapareceu, principalmente a exploração de petróleo, a pesca e até a abertura de uma nova rota marítima entre Atlântico e Pacífico.

No último verão polar, o navio Esperanza, do Greenpeace, apoiou pesquisas científicas da Comissão Europeia na região, transportando equipamentos do instituto oceanográfico alemão IFM-Geomar. Durante 15 dias, nos quais o Sol nunca se pôs, o Valor acompanhou essa expedição, que é relatada nesta edição especial, toda em papel couché, da revista EU& Fim de Semana.

Devastar ecossistema e biodiversidade é mais oneroso do que preservá-los – Evandro Fadel - Estado de São Paulo – Vida – 10/09/2010

Manter os ecossistemas preservados é menos oneroso que devastar. Essa é uma das conclusões do relatório A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para Políticas Locais e Regionais, apresentado ontem em Curitiba.

O relatório faz parte de uma série de estudos que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) está lançando para a Conferência da Biodiversidade (COP-10) em Nagoya, Japão, em outubro.

O estudo, encomendado pelo G-8 + 5 (grupo dos países mais industrializados mais Brasil, África do Sul, China, Índia e México) e conhecido em inglês como Teeb, traz uma série de exemplos de regiões que lucraram como uso responsável dos recursos naturais. Destaca 120 exemplos de decisões políticas que alteraram realidades degradantes ao meio ambiente, contando com a participação da comunidade – como a cidade de Curitiba, no Brasil.

O objetivo do relatório é chamar a atenção para os benefícios econômicos globais da biodiversidade e somar forças que permitam ações concretas.

A devastação ambiental representa perdas de US\$ 2 trilhões a US\$ 4,5 trilhões por ano, segundo o estudo. “Ver o tamanho econômico dos ecossistemas e deixá-los de fora das contas nacionais é um erro. Deixando isso invisível, você está criando uma falta de consciência”, afirmou o economista indiano Pavan Sukhdev, coordenador do estudo.

Segundo ele, as comunidades pobres e rurais, que vivem em torno de florestas e dela retiram parte do sustento, são as que mais sofrem. No Brasil, ele estimou o número em 20 milhões de pessoas. “A biodiversidade é uma necessidade para os pobres e não apenas uma ligação afetiva para os ricos”, afirmou Sukhdev.

Na questão da Amazônia, o economista acentuou que vale o “princípio do perigo”. Segundo ele, a perda da Amazônia pode reduzir o suprimento de água e causar um prejuízo de US\$ 1 trilhão para a produção agrícola de Brasil, Paraguai e Argentina. “Temos de tomar medidas de precaução para evitar que isso aconteça, pois é melhor errar pelo lado da precaução”, diz.

O economista afirmou que o Brasil é uma “superpotência” em biodiversidade. O representante do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, concordou com a avaliação do economista, salientando que a biodiversidade no País ainda é tratada como

potencial. “Temos as mais extensas florestas e convivemos com taxa grande de desmatamento, além de um aumento no desmatamento no Pantanal, que começa a preocupar”, afirmou Dias.

Açaí.

Como contribuição, o cientista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Carlos Nobre apresentou a possibilidade de agregar valor à produção do açaí como alternativa a outras culturas que degradam a Floresta Amazônica. Segundo ele, o açaí permite renda de US\$ 206 a US\$ 2.272 por hectare ao ano, contra US\$ 100 a US\$ 400 por hectare no caso da madeira ou de US\$ 100 a US\$ 200 por hectare ao ano para

a soja. A pecuária renderia apenas US\$ 20 a US\$ 70 por hectare ao ano. No entanto, Nobre ressaltou que o produto sai do campo por US\$ 200 e chega aos supermercados na Califórnia por US\$ 70 mil. O valor é agregado por outras empresas do Sudeste e Sul do Brasil ou de outros países e não beneficia o produtor.

Aluguel de florestas finalmente desencanta – Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios – 13/09/2010

São Paulo registrará até o mês que vem os dois primeiros casos de servidão florestal no Estado, ferramenta que permite o “aluguel” de florestas para propriedades rurais e outros setores da economia que não estão em conformidade com a lei ambiental.

Em fase de avaliação final na Secretaria de Meio Ambiente, os contratos referem-se ao aluguel de 800 hectares de florestas nativas no interior paulista. Por razões de confiabilidade, seus nomes só poderão ser divulgados após a chancela do órgão ambiental. “Uma empresa está ligada ao setor sucroalcooleiro e outra à citricultura — culturas que demandam grande extensão de terra”, diz Philippe Lisbona, sócio-fundador da Verdesa Brasil, empresa criada há dois anos com foco específico nessas operações.

Prevista no Código Florestal e reforçada por Medida Provisória em 2001, a servidão florestal é considerada um mecanismo “ganhaganha”: resolve o passivo florestal, sem pesar tanto no bolso, ao mesmo tempo em que serve de uma fonte de receita extra a quem tem excedente de mata.

Ao contrário da compensação florestal, também prevista no Código Florestal, os proprietários não precisam comprar terras com cobertura vegetal para compensar as suas áreas desmatadas, mas apenas o direito de usar o excedente de mata. “A compensação ambiental é a compra de outra propriedade.

Geralmente é uma área maior do que o proprietário precisa para regularizar sua Reserva Legal”, explica Cláudio Klemz, da ONG The Nature Conservancy (TNC). “Na servidão, o acordo é feito apenas sobre a área que se precisa para Reserva Legal, o que implica custos menores”.

Além de serem os primeiros casos de servidão florestal em São Paulo, serão um dos poucos do Brasil. No Paraná, a Centrais Elétricas do Rio Jordão (Elejor) fechou um

contrato no primeiro semestre para aluguel de mil hectares para a regularização das propriedades afetadas pelos reservatórios das barragens de Fundão e Santa Clara. Antes dela, só contratos-piloto haviam sido firmados, envolvendo três associados à Cooperativa Agrária, de Guarapuava, e de áreas entre 15 e 30 hectares.

“É um grande passo para a conservação e também para a popularização da servidão florestal como forma eficiente de regularização ambiental”, afirma Klemz.

Nos últimos três anos, a TNC trabalhou na criação de um projeto-piloto no Paraná para identificar áreas privadas interessadas em alugar o seu excedente de mata.

No bioma Mata Atlântica, os proprietários devem manter de pé pelo menos 20% da sua floresta nativa como Reserva Legal.

O “banco de florestas” mapeou 270 mil hectares, sendo que 90 mil hectares são de áreas disponíveis já para a servidão. São florestas de araucária, na região centro-sul do Estado, que ainda desfruta de remanescentes importantes da espécie.

Os contratos paulistas são de caráter temporário — de seis a 25 anos, com possibilidade de renovação.

De acordo com Lisboa, essa foi a maneira encontrada para atrair propriedades rurais a esta ferramenta.

As discussões sobre alterações no Código Florestal, no Congresso Nacional, colocou em suspenso ações de regularização até que houvesse uma definição. Seja por pressão fiscalizatória ou de crédito financeiro, esses contratos pioneiros, no entanto, sinalizam o interesse de regularização ambiental de proprietários independentemente do impasse em Brasília.

Estimativas apontam que o Estado de São Paulo tem déficit de 2 milhões a 3 milhões de hectares de cobertura vegetal (reserva legal e áreas de preservação permanente). “É um mundo de terra para retirar da sua função produtiva”, diz Lisboa. “Por isso, a servidão viabiliza a agenda ambiental e a do agronegócio”.

País precisa de parceria para explorar sua biodiversidade, dizem cientistas – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 13/09/2010

O Brasil é dono da maior biodiversidade do mundo, com enorme potencial para o desenvolvimento de fármacos, cosméticos e outras tecnologias baseadas em produtos naturais. Mas nunca conseguirá tirar proveito desse potencial se não controlar seu medo da biopirataria e se abrir para parcerias com cientistas e empresas internacionais, que possuem a infraestrutura e os recursos necessários para fazer esse tipo de desenvolvimento.

“Desenvolver uma droga consome pelo menos 10 anos de pesquisa e US\$ 1 bilhão. E, ainda assim, só uma em cada dez candidatas chega de fato ao mercado. Quem é que vai fazer esse investimento no Brasil?”, diz o químico William Fenical, da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), que esteve no País na

semana passada para um evento sobre biodiversidade marinha do programa Biota, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Sem uma indústria farmacêutica de grande porte, e como trabalho de pesquisa dificultado por um série de amarras regulatórias e incertezas jurídicas, o Brasil não tem como desenvolver produtos naturais de alta tecnologia sozinho. Por isso a necessidade de parcerias internacionais, argumenta Fenical.

O problema é que, segundo ele, cientistas e empresas estrangeiras têm medo de vir ao País. “A impressão é de que o Brasil é um país fechado, controlado pelos militares e pelos burocratas; que tudo é proibido, e que sempre vai ter alguém acusando o de ser um biopirata”, disse o químico ao Estado. “Por isso ninguém quer vir fazer pesquisa com biodiversidade aqui, apesar do enorme potencial.”

E atenção: Fenical não está se referindo à Amazônia. Diretor do Centro de Biotecnologia e Biomedicina Marinha do Instituto Scripps de Oceanografia da UCSD, ele é um dos pioneiros na pesquisa de produtos naturais provenientes da biodiversidade

marinha – que tipicamente não recebe tanta atenção quanto a das florestas tropicais. Seus estudos atualmente são focados em microrganismos que vivem no leito oceânico. Algo que o Brasil tem de sobra, com mais de 8 mil quilômetros de costa.

“O potencial dessa área no Brasil é praticamente ilimitado”, anima-se Fenical. O País é banhado por um gradiente de três zonas oceânicas (temperada, subtropical e tropical), e tem ainda a foz do Rio Amazonas, que despeja quantidades imensas de matéria orgânica, sedimentos e nutrientes no mar, criando uma grande variedade de habitats para microrganismos marinhos.

Farmácia natural.

A biodiversidade foi, historicamente, uma fonte essencial de moléculas para a medicina. Cerca de metade dos medicamentos mais usados no mundo foi desenvolvida com base em moléculas naturais, principalmente de espécies terrestres. Por exemplo, a morfina (de uma planta) e a penicilina (de um fungo).

Milhares de moléculas com efeitos medicinais já foram identificadas também em organismos marinhos, mas só quatro já viraram medicamentos nas farmácias, segundo a pesquisadora Leticia Lotufo, da Universidade Federal do Ceará. Ela coordena um projeto de pesquisa que, em dez anos, testou a atividade antitumoral demais de 10 mil moléculas obtidas de organismos marinhos da costa cearense. Vários compostos ativos foram identificados, e várias espécies antes desconhecidas foram descritas graças ao projeto.

Tudo muito promissor, observa Fenical. Mas identificar moléculas candidatas é apenas o primeiro passo. Para transformar isso num medicamento, ainda há um longo caminho, caríssimo e cheio de incertezas.

Testes clínicos.

O baixo número de drogas no mercado, diz Fenical, deve-se ao fato de as pesquisas com organismos marinhos serem relativamente recentes, em comparação com pesquisas da biodiversidade terrestre.

Segundo ele, há 25 drogas de origem marinha em testes clínicos com seres humanos no momento. Duas descobertas por ele em micróbios das Bahamas: um que vive no leito marinho e outro, na superfície de uma alga.

Vários pesquisadores brasileiros que participaram do evento concordaram com as observações de Fenical. “Você pode ter a biodiversidade que quiser; se não tiver biotecnologia e indústria para desenvolver produtos, não vai fazer nada com ela”, disse a química Vanderlan Bolzani, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. “Ou agente trabalha em parceria com as instituições estrangeiras, ou

vamos morrer na praia com a nossa biodiversidade”, reforçou Roberto Berlinck, químico da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos.

Governo tenta deter desmate no cerrado – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2010

Ministério vai criar "lista negra" de desmatadores e estuda cortar crédito de proprietários em situação irregular Meta é reduzir em 40% emissões de gases do aquecimento global que vêm do cerrado; área é difícil de controlar

Sergio Lima/Folhapress

Vista do Congresso Nacional a partir de área de cerrado afetada por queimada em Brasília CLAUDIO ANGELO DE BRASÍLIA O Ministério do Meio Ambiente anunciou ontem medidas para conter o desmatamento no cerrado. As iniciativas incluem a criação de uma "lista negra" de até 50 municípios críticos e de um sistema de monitoramento por satélite em tempo real. Também está em estudo, com oposição do Ministério da Agricultura, uma resolução do Banco Central que cortaria crédito para proprietários sem regularização ambiental, nos moldes do que já existe para a Amazônia. As medidas integram o PPCerrado (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado), lançado pela ministra Izabella Teixeira diante de um sisudo presidente Lula, em meio à crise política que atinge o Planalto. O PPCerrado será o instrumento usado para cumprir a meta brasileira de reduzir em 40% as emissões de gás carbônico pelo desmatamento no bioma até 2020. A meta, assumida em 2009 na conferência de Copenhague, foi calculada sobre a média verificada entre 2002 e 2008, de 14,2 mil km² anuais. Para cumpri-la, o governo planeja criar 2,5 milhões de hectares de unidades de conservação, demarcar 5,5 milhões de hectares em terras indígenas e bancar a recuperação de 8 milhões de hectares em pastos degradados. As ações de recuperação serão focadas em 20 municípios prioritários, principalmente na Bahia, no Piauí e em Mato Grosso. Mauro Pires, do Departamento de Políticas para Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, diz que está em estudo uma lista de municípios críticos, que pode chegar a 50. O plano terá R\$ 339 milhões em 2010 e 2011. TORTO DE RUIM Conter o desmatamento no cerrado é mais difícil do que na Amazônia. O bioma é o principal polo do agronegócio exportador brasileiro. O próprio Lula já chegou a dizer, em 2007, que o cerrado era "tão ruim que as árvores já nasciam tortas", elogiando a Embrapa por ter transformado o bioma no celeiro do país. A maior parte das terras ali é privada, ao contrário do que ocorre na Amazônia. E o limite de desmatamento legal é maior: 80%. Por pressão do agronegócio, o governo já havia feito um expurgo na meta original de corte de desmate, que era de 60%. "Daria para chegar a 80%, como na Amazônia", diz a ecóloga Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília. Ela fez críticas ao plano por não detalhar como o agronegócio -causador de quase todo o desmate do cerrado- será envolvido. "Sem isso, a área que você vai cobrir é limitada." A pesquisadora aponta ainda que a cifra de 9% do bioma em unidades de conservação usada pelo governo é "inflada", já que inclui categorias com pouca proteção. Sob proteção integral só há 3%, e várias delas são áreas isoladas, como o Parque Nacional de Brasília -que sofreu uma queimada ontem, a qual causou três cortes de energia no Palácio do Planalto enquanto a ministra

anunciava o plano. Pires afirma que o governo proporá pactos com setores como o da soja, a exemplo do que já vigora na Amazônia (as empresas se comprometem a não comprar soja de novas áreas desmatadas).

Agrotóxico, transgênicos e o novo agronegócio - Débora Prado em Caros Amigos – Sítio Eletrônico do MST – 20/09/2010

A concentração no campo é conhecida inimiga na luta pela justiça social no Brasil. No País do agronegócio – em que usineiro é herói e a reforma agrária é dívida histórica centenária – 2,8% das propriedades rurais são latifúndios que dominam mais da metade de extensão territorial agricultável do país (56,7%), segundo os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) em 2006.

Mas, a concentração no campo não se limita às propriedades. O oligopólio das fabricantes de sementes transgênicas e agrotóxicos se fortaleceu no Brasil nas últimas décadas, imprimindo um novo modelo de dominação que vai do campo para a cidade, rendendo cifras bilionárias para poucos e prejuízos à saúde de muitos.

Detentoras de grande capital, patentes, poderosos lobbies políticos e com um exército técnico e jurídico a sua disposição, essas companhias não conheceram a crise econômica.

As vendas mundiais de agrotóxicos atingiram cerca de US\$ 48 bilhões em 2009, o que significa que o faturamento das empresas deste setor é maior que o PIB de grande parte dos países no mundo.

Entre 2000 e 2009, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 94%, ao passo que o brasileiro subiu 172%.

Somente no ano passado, foram registrados 2195 agrotóxicos no mercado brasileiro, que movimentou US\$ 6,8 bilhões, de acordo com dados da Sindag, o sindicato das empresas.

Os dados foram apresentados pela integrante da Gerência Geral de Toxicologia da Anvisa, Leticia Rodrigues da Silva, em um seminário nacional contra o uso dos agrotóxicos promovido pela Via Campesina, em parceria com a Fiocruz e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST.

Apesar das altas cifras, este é um mercado caracterizado pelo oligopólio e por um elevado grau de concentração – 13 empresas multinacionais respondem por 90% do mercado, sendo as 6 maiores (Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dow Quematical e DuPont) - responsáveis por 68%.

Já poderosas no setor de agrotóxicos, estas multinacionais investiram ainda na compra de inúmeras fabricantes de sementes no Brasil a partir da década de 1990 e, recentemente, criaram o crédito direto ao produtor, ampliando seus braços de controle sobre a produção de nacional.

Para Leticia, isto significa que “a relação do agronegócio e da indústria de agrotóxico não é só de compra e venda, mas de subordinação”.

Além dos impactos econômicos e sociais desta dominação, a disseminação em escala industrial dos produtos fabricados por estas empresas é uma questão ambiental e de saúde pública.

"No ano passado, por exemplo, a Anvisa começou a fiscalizar as empresas produtoras e encontrou irregularidades em todas, como adulteração de produtos que estavam com formulação diferente da registrada e comercialização de vencidos", relata Leticia.

Somente na Dow Chemical, em junho deste ano, foram interditados mais de 500 mil litros de agrotóxicos e um funcionário foi conduzido à polícia por tentativa de omissão de produto.

A Anvisa colocou ainda 14 agentes ativos usados em agrotóxicos que se espalham pelas lavouras brasileiras em reavaliação – muitos deles inclusive proibidos em outros países como os EUA e alguns Europeus – sob suspeita de prejuízos à saúde. As empresas do setor entraram na justiça para impedir a revisão e até o momento quatro elementos foram banidos.

"O problema é que o prazo entre a entrada de um produto novo no mercado, a constatação dos seus efeitos e a retirada, no caso de ele ser prejudicial, é muito grande. E os danos à saúde ou mortes causadas pelos agrotóxicos geralmente são em longo prazo, então fica difícil provar o nexos de causalidade. Claro que há produtos em que se pode afirmar isto e é estes que queremos banir”, ressalta Leticia, complementando que “não há estudos em nenhum lugar do mundo sobre os efeitos da exposição à mistura de agrotóxicos, mesmo que seja em lavouras sucessivas”.

Para ela, o que está em cheque é a possibilidade da população decidir se quer ou não consumir agrotóxico. "Hoje é praticamente impossível comprar um alimento sem agrotóxico, porque mesmo aqueles que são produzidos sem mostram índices de contaminação, que está em toda cadeia alimentar, na água e até no ar”.

Com isso, em 2009, mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com dados do Sindag. O Brasil ocupa o posto de liderança no consumo desses produtos e, segundo dados do Movimento de Pequenos agricultores, se dividida a quantidade total de agrotóxicos utilizados em 2009 pelo número de habitantes do País, cada pessoa consumiu em média 5,2 kg de agrotóxicos ao longo do ano.

Horacio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo, avalia que este é um novo modelo produtivo econômico, político e cultural, em que a patente dos genes e os Organismos Geneticamente Modificados fazem parte das estratégias comerciais das empresas para vender pesticidas. “O consumo mundial de agrotóxicos determina e é

determinado pela combinação do controle privado das patentes de OGM e das fusões das empresas da área da indústria química”, explica.

Os números corroboram com esta avaliação. A Monsanto, por exemplo, tem hoje 25% do mercado brasileiro de sementes de hortaliças, segundo dados levantados pelo professor.

Já um levantamento feito Sérgio Porto, da Conab, mostra que somente no cultivo de soja, um dos flancos dos transgênicos no Brasil, o uso de herbicidas passou de 142,16 mil toneladas, em 2005, para 226,82 mil toneladas no ano passado, um aumento de 60%.

O custeio agrícola seguiu a expansão do uso de herbicidas, passando de R\$ 4,82 bilhões, em 2005, para R\$ 8,24 bilhões no ano passado.

“Os dados comprovam que não se usa menos agrotóxicos, nem se gasta menos, com os transgênicos, como os produtores costumam dizer. Pelo contrário, o uso de herbicidas, fungicidas e inseticidas só aumentou no Brasil”, conclui Porto.

O modelo é altamente concentrado: das 149 milhões de toneladas de grãos na colheita deste ano, 80% é de milho e soja e outros 10% de arroz. Ou seja, apenas 3 produtos dominam a produção brasileira de grãos. Isto gera uma insegurança alimentar que pode penalizar toda sociedade. “São Paulo é o Estado com maior insegurança alimentar em termos de demanda e oferta, uma vez que a opção pela cana-de-açúcar leva o Estado a trazer de fora grande parte dos alimentos”, complementa Porto.

A concentração em poucos produtos é acompanhada de uma concentração regional na produção. “A transição para um novo modelo é crucial e para isso a pressão social é necessária. O debate sobre a alimentação saudável e o modo com se produz deve ser um elemento central na união das lutas no campo e na cidade”, destaca Porto.

País demorou a descobrir descolamento entre desenvolvimento e devastação –
Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 22/09/2010

Há apenas dez anos, o desmatamento na Amazônia era tido como um problema tão intratável que o governo se recusava a discutir metas para sua redução. A floresta, achava-se, era o ovo que precisava ser necessariamente quebrado para fritar a omelete do desenvolvimento.

O cruzamento dos dados do PIB amazônico com os do desmatamento nos últimos anos expõe claramente a falácia desse argumento: a região Norte ficou 40% mais rica de 2004 a 2007, e o desmatamento caiu 60% no quadriênio. E continua caindo. Não precisaria esperar tanto tempo, nem deixar que 18% da floresta amazônica virasse fumaça, para concluir que desenvolvimento e devastação estão em grande parte descolados.

Como qualquer outra atividade criminosa, o desmatamento só é lucrativo num primeiro momento porque não paga os custos de produção: a terra é grilada e a madeira e os nutrientes do solo onde havia floresta são rapinados até a exaustão. Há contradição na ação do governo. Enquanto pune madeireiros ilegais, grileiros e o

setor da pecuária "pirata", estimula potenciais indutores de desmatamento, como grandes obras de infraestrutura. Continua dando crédito subsidiado aos assentados rurais, que respondem por uma fração cada vez maior das derrubadas. Do Congresso vem outra sinalização dúbia: a reforma no **Código Florestal**, que anistia amplamente o desmatamento e pode passar ao setor rural a impressão de que não há lei que não possa ser revista, nem fato que não possa ser consumado. E as medidas fundamentais, de transformação da economia da floresta, não foram tomadas ou são executadas em velocidade muito lenta. Sem elas, o governo terá de assumir o papel de eterno vigilante, e os futuros ministros do Meio Ambiente precisarão suar muito para laçar bois piratas no pasto.

Meio ambiente e interesse nacional – Virgílio Viana – Carta Capital – 23/09/2010

O debate sobre o Código Florestal tem sido pautado por uma polarização pouco desejável. De um lado, ruralistas defendendo a redução de suas obrigações de proteção ambiental. De outro, ambientalistas resistindo mudanças na legislação vigente. Nesta queda de braço, o relatório do Deputado Aldo Rebelo acabou atendendo mais aos interesses dos ruralistas, deixando os ambientalistas revoltados. Mais grave: este debate não conseguiu apontar o melhor caminho para atender aos interesses do Brasil.

É preciso ir além desta polarização primária e fazer uma pergunta simples, porém estratégica: é do interesse nacional ser mais ou menos rigoroso na conservação das florestas brasileiras? Para responder esta questão, é essencial entender a relevância estratégica das florestas para o desenvolvimento do país no século 21.

Se as florestas forem entendidas como um estorvo à produção agropecuária, geração de energia e crescimento econômico, a conclusão é clara: deveríamos ser pouco rigorosos, permitindo e legalizando a continuidade do desmatamento. Assim, aumentaríamos ao máximo a área plantada, a geração de empregos, a produção de alimentos e as exportações.

Se as florestas forem entendidas como um ativo estratégico do país, tanto para o agronegócio quanto para as cidades e a indústria, a conclusão é óbvia: deveríamos ser muito rigorosos, promovendo a recuperação da cobertura florestal em paisagens intensamente cultivadas e reduzindo ao máximo o desmatamento e a degradação florestal na fronteira agrícola. Nesta perspectiva, deveríamos entender as florestas não como um estorvo, mas sim como um patrimônio estratégico e um diferencial competitivo do Brasil.

O papel estratégico das florestas pode ser explicado por três dimensões principais. Primeiro, as florestas são essenciais para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Dependemos das florestas para manter o regime de chuvas, a vazão dos rios e o controle de pragas e doenças na agricultura. Paisagens com pouca cobertura florestal têm maior incidência de pragas e doenças, o que resulta em maiores custos de produção e maior contaminação por agrotóxicos. Sem um regime equilibrado de chuvas, diminui-se a produtividade da agropecuária. Os pequenos produtores são os mais vulneráveis. Sem uma vazão regular dos rios, diminui-se a geração de energia elétrica e a disponibilidade de água para o abastecimento de áreas urbanas. Num contexto de mudanças climáticas globais, a importância das florestas para as cidades e a agropecuária assume dimensão ainda maior.

Em segundo lugar, as florestas são essenciais para o acesso aos principais mercados das commodities do agronegócio. Interessa ao agronegócio brasileiro,

especialmente o segmento exportador, uma imagem verde. Não se trata de um desafio de propaganda e marketing, mas sim de gestão da qualidade ambiental na agropecuária. Num contexto onde barreiras não alfandegárias são usadas de forma cada vez mais freqüente, os concorrentes brasileiros usam e abusam da relação entre o nosso etanol, soja e carne com o desmatamento.

Mesmo que muitas vezes de forma exagerada ou até imprópria, esta “pegada florestal” do agronegócio brasileiro é e continuará a ser uma barreira para abertura de novos mercados, especialmente nas economias mais industrializadas e nas sociedades mais bem informadas. Num mundo conectado pela internet, estas barreiras ambientais devem aumentar.

Em terceiro lugar, as florestas são importantes para o funcionamento dos ciclos e processos ecológicos que sustentam a vida no Planeta Terra. Como ainda não temos outra opção cósmica, não nos resta outra alternativa senão cuidar deste velho e combalido Planeta. A continuar o atual ritmo de degradação ambiental o caminho é claro: não conseguiremos oferecer a nós mesmos um futuro decente. Se pensarmos nos nossos filhos, netos e seus descendentes, o horizonte torna-se ainda mais alarmante.

Estas três dimensões – que poderiam ser expandidas se o espaço fosse um livro – nos levam a uma conclusão óbvia: não é do interesse nacional reduzir ainda mais a cobertura florestal do Brasil. Se assim fizermos, todos serão prejudicados, até mesmo os produtores rurais. Com menos florestas teremos um futuro pior para quem cultiva a terra e para aqueles que consomem os alimentos cultivados.

Deveríamos sim revisar o Código Florestal. Ao contrário do que pensam alguns, ele não é bom. É um absurdo considerar ilegal todos os moradores ribeirinhos da Amazônia ou pequenos produtores de café ou frutas do sul e sudeste do Brasil, para citar apenas alguns exemplos.

Entretanto, a revisão do Código Florestal deve ser cuidadosa e guiada por três princípios básicos: a ciência, o interesse nacional e o bom senso. Não devemos ser guiados pelo medo de mudar, que norteia o pensamento de alguns ambientalistas; nem pela visão de curto prazo, que guia o pensamento de alguns representantes do agronegócio.

A gestão inteligente do nosso patrimônio florestal é do interesse nacional. Deveríamos usar nossas florestas como um ativo para manter processos básicos como o ciclo da água e o equilíbrio do clima, no Brasil e no Planeta. Deveríamos valorizar nossas florestas como sumidouros de carbono, com valor de mercado. Deveríamos usar a biodiversidade como um ativo para negócios sustentáveis. Deveríamos investir mais em ciência e tecnologia para aumentar a produtividade e reduzir a pegada ecológica. Deveríamos tornar nosso agronegócio cada dia mais verde e sustentável, para a saúde dos nossos riachos, o crescimento de nossas exportações e a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. De quebra, ainda ganharíamos o canto dos bem-te-vis, sabiás e canários.

* **Virgílio Viana** é engenheiro Florestal, Ph.d. pela Universidade de Harvard, é Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável.

O ar mais puro do mundo - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 23/09/2010

Especialistas da USP e de Harvard isolam partículas sem poluentes na Amazônia

Para tentar entender como era o clima do planeta antes da Revolução Industrial, ou seja, antes de haver poluição em larga escala, especialistas da Universidade de São Paulo e da Universidade de Harvard foram buscar pelo ar mais puro que pudessem encontrar.

E o acharam sobre a Floresta Amazônica.

Esta verdadeira arqueologia do ar revelou dados inéditos, cruciais para a compreensão da formação das nuvens e, conseqüentemente, das alterações climáticas.

— Para fazer previsões sobre o clima do planeta no futuro é fundamental entendermos o clima presente e o passado — explicou Paulo Artaxo, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), coordenador do estudo. — A Amazônia é uma das poucas regiões no planeta (a outra é a Antártica) onde ainda se consegue encontrar condições de composição atmosférica similares às existentes antes da Revolução Industrial, ou seja, antes de a poluição tomar conta da composição atmosférica do planeta.

Pistas sobre as mudanças no clima

O objetivo do estudo era entender como funcionavam os mecanismos de formação de nuvens numa atmosfera sem poluentes.

— Isso é importante para sabermos, afinal, se a temperatura da Amazônia aumentar com o aquecimento global, como vai ser a condição da atmosfera do ponto de vista da formação das nuvens e da precipitação — explicou o pesquisador.

Os especialistas conseguiram isolar, pela primeira vez, aerossóis (partículas sólidas ou líquidas suspensas na atmosfera) em condições pristinas. Na Bacia do Amazonas, ao norte de Manaus, eles analisaram as partículas formadas no ecossistema da floresta tropical, livres de qualquer influência antropogênica.

Trabalhando com uma torre de 40 metros de altura e equipamentos extremamente sofisticados, os cientistas conseguiram determinar que, sobre a floresta, a concentração de partículas é de 200 a 300 por centímetro cúbico. Para se ter uma ideia, em regiões de grandes cidades industrializadas, este número é de dezenas de milhares.

Partículas são essenciais para a formação de nuvens. É ao redor delas que núcleos começam a se agrupar para dar origem a nuvens. Sobre as grandes cidades, muitas vezes, nuvens se formam a partir de partículas de poluição. Quando não há poluição, caso da Amazônia, as partículas existentes são formadas essencialmente na atmosfera.

— Acreditava-se, até a realização desta pesquisa, que a própria floresta emitia essas partículas primárias — afirmou Artaxo. — Descobrimos que não é assim, que se trata de uma formação secundária de partículas, a partir de compostos gasosos emitidos pela vegetação.

E o que acontece se a floresta sumir ou virar pasto? — A pastagem não emite esses compostos orgânicos voláteis — responde o cientista. — Está demonstrado que, se trocarmos a vegetação por pastagem definitivamente, cortamos um dos mecanismos mais importantes de formação de nuvens da Amazônia.

Isso é importante para entender quais processos regulam o funcionamento de um ecossistema como a Amazônia.

No caso de a floresta ser mantida, com a elevação de temperatura média prevista pelos modelos sobre o aquecimento do planeta, há também um impacto, como explica Artaxo: — A taxa de conversão desses gases (emitidos pela vegetação) em partículas aumenta com a elevação de temperatura, se a floresta for mantida — afirma. — Se a floresta não for devastada, a concentração de partículas deve aumentar. Isso quer dizer que mais nuvens vão se formar.

Não significa, necessariamente, mais chuva, que depende do fluxo de vapor d'água. Mas ajuda a resfriar a Terra, porque, como é branca, reflete radiação de volta ao espaço — um mecanismo que ajudaria a equilibrar a temperatura na Amazônia. Os resultados do estudo, publicado na “Science”, serão incorporados a modelos para prever o futuro climático na Amazônia.

Municípios na proteção ambiental – Klaus G. Hering – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/09/2010

Em entrevista a O Estado de S. Paulo em 10 de junho, o relator do projeto de alteração do Código Florestal, deputado Aldo Rebelo, revela uma postura de neutralidade indispensável para a formulação da política florestal.

A neutralidade reside no fato de o deputado estar equidistante tanto de um ambientalismo utópico quanto de interesses produtivos curto-prazistas, postura indispensável para a elaboração de um código que atenda a dois objetivos estratégicos supremos, quais sejam, a preservação das matas nativas e o desenvolvimento econômico-social.

Na visão do relator, para atingir tais objetivos, duas condições seriam indispensáveis: a descentralização da política ambiental e a disseminação de unidades de conservação de menor porte.

A questão é como tornar operacional essa sugestão. Tome-se como exemplo um município do Vale do Itajaí (SC), Botuverá, que, além de já possuir três unidades de conservação, criou em 2003 uma Área de Proteção Ambiental (APA) por decreto do prefeito e ratificada pela Câmara de Vereadores, conforme previsto na Lei n.º 9.985 de 18 de junho de 2000. Cobre uma área de 5.881 hectares de Mata Atlântica pertencente a 78 pequenos proprietários rurais, em boa parte explorada em sua madeira antes do Código Florestal de 1965.

O diferencial e o sucesso da APA de uso sustentável de Botuverá, que a distinguem das demais unidades de conservação puramente de papel, consistiram na instituição de um conselho deliberativo tripartite, com poderes decisórios, integrado por representantes dos interesses de toda a comunidade, quais sejam, dos proprietários rurais, da sociedade civil organizada e dos órgãos públicos ambientais municipais e estaduais.

Por sinal, o idealizador deste tipo de unidade de conservação dirigido por um conselho deliberativo atuante e com visão de longo prazo foi o eminente professor da USP Paulo Nogueira Neto, primeiro titular do que viria a ser o Ministério do Meio Ambiente.

Dentro dessa concepção, em reuniões mensais, se conseguiu conciliar os interesses econômicos e ecológicos, iniciando-se a elaboração de um plano de manejo adequado para as condições muito peculiares do município, em especial para a palmiteira e a implantação de medidas efetivas contra a ação de caçadores e ladrões de palmito, contando-se com a colaboração de dezenas de proprietários e a polícia ambiental.

Construiu-se uma ponte sobre o fosso que normalmente opõe órgãos ambientais e proprietários, sem ônus adicional para o erário, gerando uma consciência preservacionista nos executores do manejo sustentável.

Mas o potencial de tal instituição-núcleo para a execução de uma política florestal satisfatória não se esgota em conciliar a legislação federal, mesmo que mais flexível que a do código de 1965, com o manejo efetivo deste mosaico que é a floresta tropical (em que um hectare difere do outro em sua composição arbórea e características de solo e clima).E não se esgota por considerarem suas decisões as diferenças culturais das comunidades executoras do manejo (por exemplo,um grileiro da Amazônia e um agricultor catarinense que herdou a mata de seus pais e quer passá-la a seus filhos).

Em essência, as reuniões do conselho deliberativo consistem numa negociação entre (1) valores ecológicos materializados na legislação ambiental e (2) desejos de produção rentável.

O impulso dinâmico advém do desejo de geração de renda dos proprietários. Graças a ele as reuniões, como tão bem o assinalou Nogueira Neto, têm garantida sua efetividade e continuidade no tempo.

É a mola propulsora do desenvolvimento econômico, aqui refletida,e que pervade como objetivo estratégico supremo os tempos de hoje e orienta os esforços dos indivíduos.O desafio que se coloca é como canalizar essa força atuante ao encontro dos valores ecológicos.

Num primeiro momento,a interação positiva entre proprietários e órgãos ambientais tem como benefício a orientação dos primeiros em relação ao cipoal da legislação ambiental.

No caso concreto de Botuverá, possibilitou o manejo legalizado da palmiteira, contornando as dificuldades burocráticas dos diversos órgãos públicos que impediam o pequeno produtor a cortar, transportar e comercializar seu produto.Aplacou-se, assim, a declarada guerra entre produtores e fiscalização que, muito facilmente, leva a fraudes, corrupção e degradação ambiental.

Do fato de cada ação sobre a floresta ter de considerar tanto a preservação do bioma como a sua rentabilidade, tem início um processo que oscila entre a aquisição de novos conhecimentos sobre a dinâmica da floresta e a busca de maiores resultados econômicos. Sendo secular o horizonte temporal no qual repercute tal ação, tanto os ambientalistas quanto os investidores necessitam da maior confiança possível na base de dados em que apoiam suas decisões.

E aqui nasce a necessidade de pesquisa com rigor científico e capaz de desembocar em aperfeiçoamento tecnológico do manejo.Com potencial de influenciar gradativamente os órgãos normativos. Foi por essa razão que a APA de Botuverá incluiu instituições de pesquisa em seus conselhos deliberativos e destacou parcelas de mata para pesquisa e demonstração.

Existe,pois,um modelo de organização social capaz de preencher as duas condições citadas pelo relator do novo Código Florestal, quais sejam, de descentralização e criação de pequenas unidades conservacionistas.

Infelizmente,por insensibilidade de ambientalistas que costumam impor sua ideologia ao Ministério do Meio Ambiente, foi decretado um parque nacional sobre a área da APA de Botuverá e de outros oito municípios vizinhos, o qual, além de inconstitucional e oneroso para o erário, se revelou um verdadeiro desastre ecológico e social.

*

PRESIDENTE DA ASS

Sobre as mudanças climáticas – Valor Econômico – Opinião – 24/09/2010

O ano de 2010 caminha para ser o mais quente desde 1880.

Por Anthony Giddens e Martin Rees

Endereçamos esta carta aos líderes políticos e empresariais e ao público em geral. Este ano foi testemunha de surtos climáticos extremos em muitas regiões do mundo. Ninguém pode dizer com certeza que eventos como as inundações no Paquistão, os episódios climáticos sem precedentes vistos em algumas partes dos Estados Unidos, a onda de calor e a seca na Rússia ou as enchentes e desmoronamentos no norte da China foram influenciados pelas mudanças climáticas. Ainda assim, constituem um alerta gritante.

Os eventos climáticos extremos aumentarão em frequência e intensidade à medida que o mundo se aquecer.

Não foram alcançados acordos de cumprimento obrigatório nos encontros da CoP-15, realizados em Copenhague, em dezembro. O vazamento de e-mails trocados entre cientistas da University of East Anglia, que segundo críticos mostrou a manipulação de dados, receberam grande atenção — assim como os erros encontrados nos volumes preparados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Muitos jornais, especialmente da direita política, publicaram manchetes de que o aquecimento global acabou ou que não é mais um problema.

Não há como enfatizar o fato de que continuam intactas as descobertas científicas básicas sobre as mudanças climáticas induzidas pelo homem e os perigos que representam para nosso futuro coletivo. O fato relevante mais importante é baseado em cálculos incontestáveis: a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera é maior agora do que, pelo menos, no último meio milhão de anos.

Aumentou 30% desde o início da era industrial, principalmente em função da queima de combustíveis fósseis.

Se o mundo continuar a depender dos combustíveis fósseis como depende agora, o CO₂ atingirá o dobro do patamar da era pré-industrial dentro do próximo meio século. Esse aumento está desencadeando um aquecimento de longo prazo, cujas razões físicas são bem conhecidas e demonstráveis em laboratório.

Dados da Agência Nacional Atmosférica e Oceânica (NOAA, na sigla em inglês) dos EUA mostram que 2010 caminha para ser o ano mais quente desde o início dos registros em 1880. Junho de 2010 foi o 304º mês consecutivo em que a temperatura nos oceanos e em terra ficou acima da média do século XX. Um informe elaborado pela NOAA em 2009 analisou as descobertas de cerca de 50 registros independentes de monitoração das mudanças de temperatura, envolvendo dez índices.

Os dez indicadores mostraram um claro padrão, de aquecimento no último meio século.

É necessário um empuxo renovado para acordar o mundo de seu torpor. Os eventos catastróficos citados acima deveriam proporcionar o estímulo. As enchentes no Paquistão deixaram cerca de 20 milhões de pessoas desabrigadas.

Não se pode deixar o Paquistão afundar — nem os demais países pobres, muitos dos quais são vulneráveis a eventos climáticos catastróficos. Os líderes mundiais deveriam apressar e acelerar as discussões atualmente em andamento para fornecer financiamento em larga escala para os países mais pobres desenvolverem infraestrutura para lidar com futuros choques climáticos.

Os EUA e a China são de longe os maiores poluidores do mundo, contribuindo com mais de 40% das emissões mundiais totais.

A União Europeia (UE) aplica políticas progressivas de contenção das emissões de dióxido de carbono de seus países. Porém, independente do que a UE e o resto do mundo fizerem, se EUA e China não alterarem suas políticas atuais haverá pouca ou nenhuma esperança de conter as mudanças climáticas. Os EUA têm 4% da população mundial, mas despejam 25% das emissões de todo o mundo. Com ou sem lei federal, os EUA precisam assumir uma maior liderança nos esforços mundiais para frear as mudanças climáticas. O presidente Obama deveria reafirmar que conter as mudanças climáticas é uma das maiores prioridades de seu governo. Estão ocorrendo iniciativas positivas na esfera das comunidades locais, organizações do terceiro setor, cidades e Estados. Esses grupos precisam exercer pressão em muitos níveis diferentes para promover uma redução significativa das emissões no país.

Os líderes da China mostram consciência cada vez maior do grau de vulnerabilidade do país às mudanças climáticas e estão investindo em tecnologia renovável e energia nuclear em escala substancial. As emissões de dióxido de carbono chinesas, no entanto, aumentam de forma constante.

A China tem o direito e a necessidade de se desenvolver, mas são necessários planos muito mais claros que os atuais para mostrar como o país pretende sair de seu caminho de altas emissões de dióxido de carbono.

A liderança chinesa deveria formular tais planos, divulgá-los e abri-los para a avaliação internacional.

A atual ênfase em melhorar a eficiência energética é importante, mas não chega nem perto do suficiente para traçar seriamente um novo caminho. A Rússia é o terceiro maior emissor de gases causadores do efeito estufa, atrás dos EUA e China. O presidente Medvedev propôs metas para o país, mas em sua atual forma são vazias. Calculadas usando 1990 como base, são atingidas simplesmente com o declínio da indústria pesada do país, pouco competitiva.

Acima de tudo, o que se precisa é renovar o ímpeto de colaboração internacional. Os encontros da Organização das Nações Unidas (ONU), marcados para dezembro em Cancún, trazem poucas promessas de iniciar políticas na escala necessária. EUA, China, UE e outros grandes países, como Brasil e Índia, prestando a devida atenção aos interesses dos países menores, deveriam trabalhar juntos para tentar introduzir um maior senso de urgência ao processo. Por fim, não se conseguirá limitar as emissões de dióxido de carbono apenas por meio de regulamentações e metas — a inovação, social, econômica e tecnológica, será primordial.

Líderes empresariais mais esclarecidos deveriam intensificar suas tentativas nesse sentido. As recompensas, afinal, são imensas.

As ações necessárias para conter essa ameaça — a transição para um estilo de vida que dependa de energia limpa e eficiente — criará múltiplas novas oportunidades econômicas.

Se o mundo continuar a depender dos combustíveis fósseis como depende agora, o CO₂ atingirá o dobro do patamar da era pré-industrial dentro do próximo meio século.

Esse aumento está desencadeando um aquecimento de longo prazo.

Anthony Giddens foi diretor da London School of Economics (LSE) e é pesquisador do King's College, de Cambridge. É autor de “A Política da Mudança Climática”.

Martin Rees é diretor do Trinity College, de Cambridge, e é o atual presidente da Royal Society de Londres. Ele foi o conferencista da série anual de apresentações Reith, da BBC, em 2010.

Paródia pop alivia tensão de painel do clima da ONU – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 25/09/2010

Banda de cientistas, com vocalista brasileira, satiriza polêmicas do IPCC

Em versão de clássico "Unforgettable", de Cole, grupo aludiria a saída do presidente do órgão, indiano Pachauri

CLAUDIO ANGELO DE BRASÍLIA A tensão vivida pelos cientistas do IPCC em torno dos pedidos de renúncia de seu chefe, Rajendra Pachauri, encontrou uma válvula de escape pouco ortodoxa ontem: a música pop.

Uma reunião do painel do clima das Nações Unidas no México terminou com uma apresentação da banda The Potentials, formada por quatro pesquisadores do chamado Grupo 3 do IPCC (que cuida de ações de corte de emissões de carbono). O nome é uma referência a potenciais de mitigação, ou quanto carbono é possível eliminar da atmosfera para estabilizar o clima.

"Cantar com os meninos é muito mais divertido do que escrever sobre clima", afirma, no folheto de apresentação da banda, a vocalista Suzana Kahn-Ribeiro, ex-secretária nacional de Mudança Climática do Brasil.

"Se eu conseguisse capturar toda a energia que ponho na bateria, poderia evitar a construção de uma usina a carvão", brinca o baterista neozelandês Ralph Sims.

Na estrada desde 2007, os Potentials já fizeram quatro shows, tocando paródias de clássicos do rock e do jazz com letras "climatológicas".

A versão para "YMCA" do Village People, pergunta: "Young man, what's your carbon footprint?" ("Moço, qual é a sua pegada de carbono?"). E por aí vai.

No show do México, a banda resumiu os sentimentos de vários cientistas do IPCC sobre seu chefe, com uma paródia de "Unforgettable" que praticamente antecipa a saída do indiano: "Even Pachauri is unforgettable too" ("Até o Pachauri é inesquecível também").

Ribeiro negou que o verso tenha qualquer ligação com o atual momento do painel. Pachauri está à frente do IPCC desde 2002. Tem sido pressionado a renunciar desde janeiro, quando admitiu que o relatório de 2007, que deu o Nobel da Paz ao painel, continha um erro grave sobre o degelo do Himalaia.

O episódio se juntou a denúncias contra climatologistas britânicos e jogou a credibilidade do IPCC na lama. Desde então, Pachauri tem sido acusado até de usar o cargo para autopromoção.

Cientistas do IPCC ouvidos pela **Folha** afirmam que a situação do indiano no painel é insustentável. Pachauri diz que não pretende pedir demissão. Seu destino será selado daqui a duas semanas, na reunião plenária do IPCC na Coreia do Sul.

Mundo dobra o uso de água subterrânea em quatro décadas - REINALDO JOSÉ LOPES – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2010

Exploração é tanta que faz com que o líquido do lençol freático corresponda a 25% do aumento do nível do mar

Reservas totais do globo não são conhecidas, mas estima-se que 30% da água doce da Terra provenha do subsolo

A humanidade se tornou uma usuária tão sedenta das águas subterrâneas do planeta que essa exploração pode ser responsável por um quarto do aumento anual do nível dos oceanos.

O dado vem de um artigo aceito para publicação na revista científica "Geophysical Research Letters". Nele, uma equipe liderada por Marc Bierkens, da Universidade de Utrecht (Holanda), traça um mapa não muito animador do estado das reservas subterrâneas mundo afora.

Usando estatísticas e simulações de computador sobre a entrada e saída de água dos lençóis freáticos, Bierkens e companhia estimam que a exploração de água doce subterrânea mais do que dobrou dos anos 1960 para cá, passando de 126 km³ para 283 km³ por ano, em média.

A questão, lembram os pesquisadores, é que ainda não dá para saber o preço exato da brincadeira, porque ninguém tem dados precisos sobre a quantidade de água subterrânea no mundo.

Mas, a esse ritmo, se tais reservas fossem equivalentes aos célebres Grandes Lagos dos EUA e Canadá, essa fonte de água seria esgotada em 80 anos. De qualquer maneira, a preocupação se justifica porque, de acordo com estimativas, 30% da água doce da Terra está no subsolo (veja o quadro acima, à direita).

Com exceção das calotas polares -as quais ninguém em sã consciência gostaria de derreter, já que os efeitos sobre os mares e o clima seriam imensos-, trata-se da principal fonte de água potável do mundo. Rios e lagos na superfície são só 1% do total.

BEBERRÕES

Algumas regiões são especialmente beberronas, mostra a pesquisa. Não por acaso, são centros de grande produção agrícola em áreas naturalmente já não muito chuvosas: noroeste da Índia, nordeste da China e do Paquistão, Califórnia e Meio-Oeste americano.

A exploração desenfreada afeta principalmente, como seria de esperar, os agricultores mais pobres. Segundo Bierkens, a água que sobrar "vai acabar ficando num nível tão baixo que um fazendeiro comum, com sua tecnologia normal, não vai mais conseguir alcançá-la".

Ao trazer para a superfície quantidades portentosas do líquido, a exploração sem muito controle aumenta a evaporação e, conseqüentemente, a precipitação em forma de chuva, o que acaba favorecendo o aumento do nível dos mares ligado ao uso dos aquíferos do subsolo.

Embora a pesquisa não aborde diretamente a situação brasileira, o país tem razões de sobra para se preocupar com a situação dos aquíferos subterrâneos. O interior brasileiro abriga, por exemplo, a maior fração do aquífero Guarani, gigantesca reserva com 1,2 milhão de km².

Hoje, 75% dos municípios do interior paulista precisam usar as águas do aquífero para seu abastecimento. No caso de Ribeirão Preto, uma das principais cidades do Estado, essa dependência é total.

65% da biodiversidade dos rios está ameaçada – Andréa Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 30/09/2010

Os recursos hídricos e sua biodiversidade em todo o mundo estão em crise, ameaçados pela ação humana. Cerca de 80% da população mundial está exposta a um grau elevado de escassez hídrica e 65% das espécies que vivem nos rios estão ameaçadas.

Os maus-tratos aos rios – que historicamente ordenaram a ocupação humana – custam aos países US\$ 500 bilhões por ano em ações para remediar o problema. Essas são as conclusões do mais amplo estudo realizado sobre o estado dos rios e bacias hidrográficas no mundo, publicado na edição da revista científica Nature que circula hoje.

O trabalho foi conduzido por especialistas da Universidade da Cidade de Nova York e da Universidade de Wisconsin, além de sete outras instituições, e pode ser consultado no site riverthreat.net. “Os rios de todo o mundo estão realmente em crise, tanto nos países ricos e industrializados quanto nos países em desenvolvimento”, afirmou ao Estado de Peter McIntyre, professor de zoologia da Universidade de Wisconsin e um dos autores da pesquisa.

Segundo ele, os países ricos sofrem tanto quanto os pobres com os efeitos da degradação dos rios, mas estão mais protegidos da escassez por causados investimentos pesados que fazem em tecnologias de tratamento.

Mas as nações pobres e em desenvolvimento devem ser as mais afetadas, se continuarem gerenciando seus recursos hídricos de forma predatória, com a construção de barragens, poluição, falta de saneamento e pesca predatória.

“No Brasil, os rios mais ameaçados são justamente os que estão mais próximos dos grandes centros urbanos, nas Regiões Sudeste e Nordeste.”

Amazônia.

O estudo aponta que a porção brasileira do Rio Amazonas ainda está bem preservada, em comparação à nascente do rio, no Peru. “A maior parte do Amazonas es-

tá sob risco moderado, porque há baixa ocupação humana na sua extensão e há grandes porções de florestas no entorno.”

O estudo alerta ainda para a necessidade de uma gestão dos recursos hídricos que leve em consideração a proteção dos ecossistemas, em vez de apenas investir em despoluição, que é o modelo adotado pelos países ricos.

Na avaliação de Roland Widmer, coordenador do programa Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra, o estudo traz uma nova abordagem. “Está na hora de sair da visão reducionista que reduz um sistema vivo como um rio a uma simples acumulação de água”, analisa.

Segundo ele, a visão de que os rios devem ser gerenciados tanto do ponto de vista da segurança hídrica quanto da biodiversidade deveria pautar o governo e também os bancos, que financiam grandes obras.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

